

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE DIREITO**

**ROGER CANELLA DE MACEDA**

**APLICAÇÃO DA VEDAÇÃO À DENÚNCIAÇÃO DA LIDE NOS FATOS  
DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE  
DEFESA DO CONSUMIDOR**

**CRICIÚMA (SC)**

**2015**

**ROGER CANELLA DE MACEDA**

**APLICAÇÃO DA VEDAÇÃO À DENÚNCIAÇÃO DA LIDE NOS FATOS  
DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE  
DEFESA DO CONSUMIDOR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado para obtenção de grau de  
Bacharel no Curso de Direito da Universidade  
do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

**Orientador: Prof. Israel Rocha Alves**

**CRICIÚMA**

**2015**

**ROGER CANELLA DE MACEDA**

**APLICAÇÃO DA VEDAÇÃO À DENÚNCIAÇÃO DA LIDE NOS FATOS  
DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE  
DEFESA DO CONSUMIDOR**

Trabalho de conclusão de curso aprovado pela banca examinadora para obtenção de grau de bacharel em Direito, no Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em Direito do Consumidor.

Criciúma 2 de dezembro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA:**

Professor Israel Rocha Alves (UNESC) - Orientador

Professor Especialista Allison Tomaz Comin (UNESC) - Avaliador

Professora Especialista Adriane Bandeira Rodrigues (UNESC) - Avaliador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Prof. Israel responsável pela realização deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho aborda um estudo sobre a possibilidade de aplicação da vedação à denunciação da lide, prevista no artigo 88 do CDC, em relações que envolvam prestação de serviços (artigo 14 do CDC). O objetivo geral é verificar a possibilidade extensão da vedação aos casos previstos no artigo 14 do CDC, com aplicando conceitos de interpretação por analogia. Análise da metodologia de interpretação e aplicação da norma de vedação. Para elaboração da pesquisa foi utilizado o método de abordagem dedutivo, analisando a doutrina processualista civil e de direito do consumidor, bem como da jurisprudência da 3ª e 4ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça. Possui natureza qualitativa com método de procedimento monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica, com base em doutrinas, artigos científicos, legislações e jurisprudências.

No transcorrer da pesquisa verificou-se que conforme os casos de denunciação foram crescendo, a legislação passou a analisar o dispositivo de maneira que o aplica-se segundo sua essência, privilegiando os princípios constitucionais da celeridade e economia processual, de forma que a torna-se o processo menos oneroso e moroso a sujeito principal da relação, que deve ser respeitado e privilegiado na relação, o consumidor, tratado como o vulnerável na relação jurídica.

Na conclusão veremos que deve prevalecer o melhor interesse do consumidor, uma vez tratar-se o Código de Defesa do Consumidor de um microssistema de regulação que regulamenta outros matérias e dispositivos. Assim, se a norma específica tem como prioridade a efetivação plena dos direitos do consumidor, deve ser interpretada de maneira mais benéfica ao sujeito de direito por ela reguardado.

**Palavras-chave:** Denunciação à lide; princípio da celeridade; princípio da vulnerabilidade; prestação de serviços.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADCT – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

ART. – Artigo

CC – Código Civil

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CF – Constituição Federal

CPC - Código de Processo Civil

p. – Página

LINDB – Lei de Introdução as Normas de Direito Brasileiro

STJ – Superior Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. DENUNCIAÇÃO DA LIDE.....</b>	<b>10</b>
2.1 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....	10
<b>2.1.1 Litisconsórcio.....</b>	<b>13</b>
2.2 DENUNCIAÇÃO DA LIDE (ART. 70 A 76 DO CPC) .....	15
2.3 LEITURA DOS ARTIGOS 70 A 76 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	19
<b>2.3.1 Obrigação da Denúnciação Lide.....</b>	<b>20</b>
<b>2.3.2 Citação na Denúnciação da Lide.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3.3 Denúnciação da Lide pelo Autor ou pelo Réu.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.4 Sentença e Efeitos da Denúnciação da Lide.....</b>	<b>29</b>
<b>3. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI 8.078/90).....</b>	<b>31</b>
3.1 INTRODUÇÃO À NORMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.....	31
<b>3.1.1 Evolução da Norma de Defesa do Consumidor no Brasil.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1.2 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....</b>	<b>36</b>
3.2 ASPECTOS GERAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	38
<b>3.2.1 Código de Defesa do Consumidor.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2.2 Definição de Fornecedor e Consumidor.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2.3 Princípios Gerais de Defesa do Consumidor.....</b>	<b>46</b>
3.2.3.1 Princípio da Vulnerabilidade.....	48
3.3 HIPÓTESE DE VEDAÇÃO ELENCADE PELO ARTIGO 88 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	50
<b>4. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO ÂMBITO CONSUMERISTA.....</b>	<b>54</b>
4.1 METODOLOGIA DE INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA NORMA JURIDICA .....	54
<b>4.1.1 Hermenêutica: Interpretação e Aplicação da Norma Jurídica.....</b>	<b>54</b>
<b>4.2.1 Procedimento de Integração: Analogia Legal.....</b>	<b>56</b>
4.2 DA APLICAÇÃO LITERAL DA NORMA DE VEDAÇÃO DO ARTIGO 88 DO CDC (8.078/90).....	59
<b>4.2.1 Artigos 12 e 13 do Código de Defesa do Consumidor.....</b>	<b>59</b>
<b>4.2.2 Impossibilidade de Extensão da Norma de Vedação aos Fatos Decorrentes da Prestação de Serviços.....</b>	<b>62</b>

4.3 APLICAÇÃO DA VEDAÇÃO DO ARTIGO 88 DO CDC AOS FATOS ORIGINADOS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS (ART. 14 DO CDC).....	64
4.3.1 Artigo 14 do CDC – Prestação de Serviços.....	64
4.3.2 Possibilidade de Extensão da Vedação do Artigo 88 aos Fatos Decorrentes da Prestação de Serviços.....	66
5 CONCLUSÃO.....	71
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73



## 1. INTRODUÇÃO

Segundo o artigo 88 da Lei 8.078/90, “Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide” (BRASIL, 2015a).

A aplicação do referido dispositivo, em sua leitura expressa e taxativa, confere a vedação da denunciação da lide (tipificada pelos artigos 70 a 76 do Código de Processo Civil) apenas às hipóteses contempladas no parágrafo único do artigo 13 da Lei 8.078/90. Tal dispositivo pretende garantir a efetivação dos direitos do consumidor de forma célere, uma vez que se considera a parte mais frágil na demanda processual.

O presente trabalho monográfico tem por objetivo pesquisar a possibilidade de extensão da vedação do artigo 88 da Lei 8.078/90 para as situações descritas no artigo 14 do mesmo dispositivo legal, que compreende as situações de fatos provenientes da prestação de serviço.

A relevância social da pesquisa está na constatação da efetivação e aplicação de princípios e garantias conferidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ao consumidor sujeito vulnerável da relação.

A 3ª e 4ª turmas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) divergem quanto a possibilidade da aplicação do instituto consumerista nas relações que envolvam prestação de serviços.

Nesse sentido, questiona-se sua forma de aplicação, incidência literal e taxativa da norma, conforme prevê o artigo 88 do CDC, ou aplica-se a vedação com base no conceito de proteção ao consumidor vulnerável, estendendo a possibilidade segundo a analogia.

Desta forma, serão apresentados no primeiro capítulo análises do instituto da intervenção de terceiros, com ênfase na denunciação da lide, conceito processual, possibilidades de aplicação, sua obrigatoriedade, conforme expõe o rol dos artigos 70 a 76 do Código de Processo Civil (CPC).

No segundo capítulo, se fará uma análise da origem do Código de Defesa do Consumidor (CDC), conceito, princípios e garantias de proteção ao consumidor.

Será abordado também, o instituto da denunciação da lide e sua vedação estabelecida pelo artigo 88 do CDC.

Por fim, o terceiro capítulo abordará as metodologias de aplicação e interpretação da norma jurídica, de modo que se possa realizar uma análise dos posicionamentos atuais sobre a aplicação da vedação do artigo 88 do CDC. Uma análise jurisprudencial dos posicionamentos da 3ª e 4ª turmas STJ, nos casos que envolvam relação jurídica de prestação de serviços. A possibilidade de aplicação da norma jurídica em casos similares, segundo extensão por analogia.

## 2. DENUNCIAÇÃO DA LIDE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

### 2.1. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

Em regra, a demanda judicial se desenvolve com “o juiz (sujeito imparcial) e as partes que originariamente formaram a relação jurídica processual, isto é, o autor, que propôs a ação, e o réu, contra quem foi a ação proposta.” (WAMBIER, 2015, p. 316).

Dá-se a intervenção de terceiros “quando um terceiro ingressa em um processo já pendente, ocupando no processo a posição de parte ou de assistente simples da parte. Não há formação de processo novo com a participação do terceiro no processo.” (MARINONI; MITIDIERO, 2014, p. 142).

A intervenção de terceiros é “um instituto processual civil que prevê a possibilidade de terceiro interessado na lide participe da relação processual, de modo que auxilie ou para que também responda segundo sua responsabilidade e interesse na demanda, atuando a partir do deferimento de seu ingresso como parte, em alguns casos parte na demanda e noutros parte no processo (NEVES, 2013, p. 207)”.

Buscando definição para terceiro “deve-se necessariamente partir do conceito de parte processual, isto é, daqueles que, como autor ou réu, situam-se nos dois polos da relação jurídica processual.” (WAMBIER, 2015, p. 317).

Terceiro quer dizer:

Estranho à relação processual estabelecida entre autor e réu. Essa característica distingue o instituto da intervenção de terceiro do litisconsórcio, uma vez que os litisconsortes são partes originárias do processo, ainda que por equívoco, não sejam nomeados na petição inicial (litisconsórcio necessário). (DONIZETTI (2014, p. 206).

Em um primeiro momento “poder-se-ia genericamente afirmar que terceiro é um contraconceito, isto é, é terceiro todo aquele que não for parte.” (WAMBIER, 2015, p. 317).

Ainda:

Intuitivamente, já se percebe que, dentre todos esses terceiros, deve haver importantíssimas discriminações, em função de sua ligação ou proximidade para com o litígio em relação ao qual são terceiros. Pode-se falar em terceiros desinteressados – e a esses a lei não fornece caminho algum para

que possam intervir em processo alheio, instrumentando-lhes com os embargos de terceiro, para que possam justamente dizer que não podem ser atingidos porque nada têm que ver com o processo -, em terceiros interessados de fato – cujo interesse é meramente econômico, moral ou espiritual, mas não jurídico – em terceiros interessados juridicamente e em terceiros que podem intervir e se tornar partes. (WAMBIER, 2015, p. 317).

#### Na doutrina de THEODORO JÚNIOR:

Ocorre o fenômeno processual chamado intervenção de terceiro quando alguém ingressa, como parte ou coadjuvante da parte, em processo pendente entre outras partes. A intervenção de terceiros é sempre voluntária, sendo injurídico pensar que a lei possa obrigar o estranho a ingressar no processo. O que ocorre, muitas vezes, é a provocação de uma das partes do processo pendente para que o terceiro venha a integrar a relação processual. Mas a possibilidade de o juiz obrigar, por ato de ofício, o terceiro a ingressar em juízo deve hoje ser contestada. O juiz não pode, inquisitorialmente, trazer o terceiro a juízo. O que ele faz, em casos como o do parágrafo único do art. 47, é determinar a uma das partes que, se quiser a decisão de mérito, cite terceiros (litisconsortes necessários), pois do contrário o processo será trancado sem ela. (2013, p. 143).

Segundo NEVES (2013, p.207), “por intervenção de terceiros entende-se a permissão legal para que um sujeito alheio à relação jurídica processual originária ingresse em processo já em andamento.”

#### A doutrina de DONIZETTI esclarece:

O sentido de terceiro é alcançado tendo em vista a situação jurídica do ingressante na lide em relação às partes originárias. O terceiro (oponente, nomeado, denunciado, etc.), uma vez admitido na demanda alheia, passa a ocupar uma posição distinta da dos demais litigantes. Assim, distingui-se também a intervenção de terceiro da substituição de parte (ou sucessão processual), uma vez que a situação jurídica do substituto ou sucessor é idêntica à do substituído (cedente e cessionário, herdeiro e falecido). (2014, p.206).

Dessa forma “para que determinado ente/sujeito se torne parte em determinada relação jurídica processual, deverá propor a demanda, ou ser chamado a juízo para ver-se processar ou intervir em processo já existente” (DONIZETTI, 2014, p. 206).

MARINONI traz duas espécies de intervenção de terceiro, a voluntária e a forçada:

No direito brasileiro, a intervenção de terceiros divide-se em intervenção voluntária ou em intervenção forçada. Na primeira, o terceiro apresenta-se espontaneamente para participar do processo, independentemente de prévia exortação judicial (é o que ocorre com a assistência e com a

oposição); na segunda, é imprescindível que o terceiro tenha sido convocado a intervir no processo ( como se dá nos casos de nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo). (2014, p. 142).

O Código de Processo Civil prevê em seu título II, capítulo VI, 5 (cinco) espécies de intervenção de terceiro, sendo elas: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo, descritos entre os artigos 56 à 80, do mesmo diploma legal e ainda, segundo boa parte da doutrina processual civil, a assistência, prevista nos artigos 50 à 55 do CPC.

DANIEL DE AMORIM leciona quanto as espécies de intervenção de terceiros:

Ocorre, entretanto, que nem todas as intervenções encontram sua justificação nessas cinco modalidades típicas de intervenção de terceiro, o que demonstra que o rol legal é meramente exemplificativo. Previsões legais esparsas que permitem a intervenção de um terceiro em um processo já em andamento e que não são tipificáveis em nenhuma dessas cinco modalidades, constituem as chamadas intervenções de terceiros atípicas. A definição dessa espécie de intervenção dependerá da amplitude que se pretenda dar à atipicidade, não existindo unanimidade na doutrina a respeito de quais efetivamente sejam essas intervenções atípicas. (2013, p. 208).

No que tange à natureza jurídica, “trata-se de incidente processual, visto que o terceiro realiza uma serie de atos dentro de um processo em curso, visando modificá-lo, sem que se instaure nova relação processual” (DONIZETTI, 2014, p. 206).

O professor THEODORO JÚNIOR, classifica as formas de intervenção de terceiros segundo dois critérios:

I –conforme o terceiro vise a ampliar ou modificar subjetivamente a relação processual, a intervenção pode ser: a) ad coadiuvandum: quando o terceiro procura prestar cooperação a uma das partes primitivas, como na assistência; b) ad excludendum: quando o terceiro procura excluir uma ou ambas as partes primitivas, como na oposição e na nomeação à autoria;  
II – conforme a iniciativa da medida, a intervenção pode ser: a) espontânea: quando a iniciativa é do terceiro, como geralmente ocorre na oposição e na assistência; b) provocada: quando, embora voluntaria a medida adotada pelo terceiro, foi ela precedida por citação promovida pela parte primitiva (nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo) (2013, p. 143-144).

Quanto às demais possibilidade:

Ainda que as intervenções típicas tenham sido projetadas fundamentalmente para o processo/fase conhecimento, com a aplicação

somente subsidiária aos processos/fases de execução e cautelas, existem algumas espécies de intervenção de terceiros no processo de conhecimento que não podem ser consideradas como uma daquelas espécies previstas nos arts. 50 a 80 do CPC (NEVES, 2013, p. 208).

A princípio, a intervenção de terceiros é possível em qualquer procedimento, contudo, a lei prevê hipóteses excepcionais da não possibilidade:

- a) Juizados Especiais: nenhuma modalidade de intervenção é admitida, nem mesmo a assistência (art. 10 da Lei nº 9.099/95).
- b) Rito Sumário: é cabível apenas a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro (denúnciação da lide ou chamamento ao processo), consoante o disposto no art. 280 do CPC.
- c) Ações de controle concentrado de constitucionalidade: não se admite a intervenção de terceiros (art. 7º, *caput*, e 18 da Lei nº 9.868/99), ressalvada a intervenção do *amicus curiae*, cuja posição processual (terceiro ou mero auxiliar do juízo) é controvertida na doutrina. A vedação, que foi estabelecida pela Lei nº 9.868/99, que regulamenta a ADI e ADC, deverá ser aplicada à ADPF, que também possui natureza de processo objetivo de controle de constitucionalidade. Apesar de literalidade do dispositivo legal, deve-se admitir a intervenção via assistência litisconsorcial dos demais colegitimados para propositura das ações de controle abstrato de constitucionalidade. Ora, que pode o mais – propor a ação – também deve poder o menos – ingressar na demanda proposta pelo outro colegitimado. Na doutrina, é pacífica a admissão do litisconsórcio ativo inicial nos processos objetivos de constitucionalidade (ex.: ADI proposta pelo Presidente da República e pelo PGR). Não há razões, portanto, para não se admitir a formação de litisconsórcio ativo no curso do processo, o que se dá justamente por via da assistência litisconsorcial. (DONIZETTI, 2014, p. 207-208).

Um requisito indispensável, “[...] seja qual for a modalidade de intervenção: o terceiro deve ser juridicamente interessado no processo pendente” (DONIZETTI, 2014, p. 206).

### 2.1.1 Litisconsórcio

Debatido os conceitos e espécies de intervenção de terceiros, bem como sua aplicação, vimos que dela se origina uma demanda com múltiplas partes, a qual recebe o nome de litisconsórcio. Com múltiplas partes (autores e/ou réus) em uma única demanda processual, existe agora um litisconsórcio, o qual pode ser necessário ou facultativo, conforme verificaremos a seguir.

O artigo 46 do CPC define (BRASIL, 2015 – B):

Art. 46. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;

III - entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;

IV - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

Parágrafo único. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

Artigo 47 traz a hipótese de litisconsórcio necessário (BRASIL, 2015- B):

Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

Parágrafo único. O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.

O litisconsórcio necessário “ocorre de imposição legal ou da natureza da relação jurídica, hipótese em que o autor não resta alternativa senão a formação do litisconsórcio.” (DONIZETTI, 2014, p. 186).

Consórcio significa pluralidade de partes em uma mesma demanda, ou a mesma sorte na lide. Dá-se o nome de litisconsórcio quando duas ou mais pessoas litigam no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente (DONIZETTI, 2014).

Essa pluralidade de partes que definimos como litisconsórcio é nada mais que:

Reunião de duas ou mais pessoas assumindo, simultaneamente, a posição de autor ou de réu. Convém lembrar que se os litisconsortes possuírem advogados distintos, seus prazos serão contados em dobro (art. 191 do CPC), regra especial que não se aplica ao prazo recursal, quando somente um dos litisconsortes houver sucumbido (enunciado n. 641 da súmula da jurisprudência do STF). (JÚNIOR F., 2009, p. 307).

Quanto à posição das partes, “o litisconsórcio pode ser ativo, passivo ou misto. Ativo quando a pluralidade for de autores; passivo quando a pluralidade for de

réus; e misto quando a pluralidade for de autores e réus.” (DONIZETTI, 2014, p. 185).

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR esclarece:

Quanto às consequências do litisconsórcio sobre o processo, há possibilidades de classificações sob dois ângulos diferentes:

a) Conforme possam ou não sãs partes dispensar ou recusar a formação da relação processual plúrima, o litisconsórcio classifica-se em:

I – necessário: o que não pode ser dispensado, mesmo com o acordo geral dos litigantes;

II – facultativo: o que se estabelece por vontade das partes e que se subdivide em irrecusável e recusável. O primeiro, quando requerido pelos autores, não poder ser recusado pelos réus. O segundo admite rejeição pelos demandados;

b) Do ponto de vista da uniformidade da decisão perante os litisconsortes, classifica-se o litisconsórcio em:

I – unitário (especial): que ocorre quando a decisão da causa deva ser uniforme em relação a todos os litisconsortes; e

II - não unitário (comum): que se dá quando a decisão, embora proferida no mesmo processo, pode ser diferente para cada um dos litisconsortes. (2013, p. 134).

Em complemento aos ensinamentos de Theodoro Júnior, a doutrina de Epídio Donizetti traz:

Quanto ao momento de sua formação, o litisconsórcio pode ser inicial ou incidente (ulterior). Inicial quando sua formação é pleiteada na petição inicial. Várias pessoas envolvidas em acidente de veículos, em conjunto, ingressam com ação de reparação de danos contra o ofensor (litisconsórcio ativo inicial). O litisconsórcio incidental ou ulterior ocorre quando o litisconsorte não é indicado na petição inicial [...]. (DONIZETTI, 2014, p. 185).

Apresentado alguns conceitos trazidos pela doutrina processual civil atual, quanto às espécies e classificações da intervenção de terceiros e litisconsórcio, presentes na demanda processual, passamos a análise do instituto legal da denunciação da lide, previsto nos artigos 70 a 76 do CPC.

## 2.2. DENUNCIAÇÃO DA LIDE (ART. 70 A 76 CPC)

Os artigos 70 a 76 do Código de Processo Civil trazem uma das mais comuns espécies de aplicação da intervenção de terceiros, a denunciação da lide. Quanto ao seu conceito “a lei não prevê expressamente o conceito de denunciação da lide, dando início ao seu tratamento no art. 70 do CPC, já por suas hipóteses de



cabimento” (NEVES, 2013). Diante desta situação, cabe à doutrina processualista definir o conceito de denúncia da lide:

Serve a denúncia da lide para que uma das partes traga ao processo um terceiro que tem responsabilidade de ressarcir-la pelos eventuais danos advindos do resultado desse processo. O direito regressivo da parte contra terceiros (ou excepcionalmente contra a própria parte contrária), portanto, é o fator principal que legitima a denúncia da lide. (NEVES, 2013, p. 245).

Na obra de DONIZETTI (2014, p.215), a denúncia da lide consiste em:

[...] ação regressiva, *in simultaneus processus*, proponível tanto pelo autor como pelo réu, sendo citada como denunciada aquela pessoa contra quem o denunciante terá uma pretensão indenizatória, pretensão de reembolso, caso ele, denunciante, vier a sucumbir na ação principal.

Para melhor interpretação o professor HUMBERTO THEODORO JÚNIOR descreve:

Conhecem-se, no direito comparado, duas modalidades principais de intervenção de terceiro relacionados com o direito de regresso: (a) uma em que o terceiro é convocado a participar do processo instaurado contra o beneficiário da garantia, sem que contra o garante já se esteja propondo a ação regressiva (sistema romano); (b) outra em que o garante é chamado a, desde logo, responder pelos prejuízos que o beneficiário venha a sofrer na eventualidade de sair vencido no processo pendente (sistema germânico). Essas modalidades interventivas nem sempre são adotadas de forma pura e exclusiva, havendo com frequência figuras híbridas que conjugam elementos das duas versões históricas. (JÚNIOR H., 2013, p.152).

A denúncia da lide em sua essência busca preservar e legitimar as relações processuais de forma econômica, tornando o processo menos oneroso possível às partes, prevendo para tal, possibilidades como a estabelecida no artigo 76 do CPC, onde, conforme o caso, a sentença proferida nos autos que foi objeto de denúncia poderá valer de título executivo, não necessitando nova interposição de nova ação de conhecimento.

O instituto, “tem base no princípio da economia processual, pois a parte porventura perdedora da demanda poderá, desde logo, acertar sua relação jurídica com seu garante, ressarcindo-se dos prejuízos decorrentes de sua condenação.” (BARROSO, 2012, p. 105-106).

Prevê o artigo 5º, inciso LXXVIII da CF/88 (Celeridade): “LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.” (BRASIL, 2015 – A).

Na doutrina, celeridade processual:

Atualmente, muito se fala na busca da efetividade do processo em prol de sua missão social de eliminar conflitos e fazer justiça. Em outro estudo observamos que, ‘em algumas situações, contudo, a demora, causada pela duração do processo e sistemática dos procedimentos, pode gerar total inutilidade ou ineficácia do provimento requerido. Conforme constatou Bedaque, ‘o tempo constitui um dos grandes óbices à efetividade da tutela jurisdicional, em especial no processo de conhecimento, pois pra o desenvolvimento da atividade cognitiva do julgador é necessária a prática de vários atos, de natureza ordinatória e instrutória. (LENZA, 2012, p. 1284 -1285).

Preconiza o princípio:

Inferido do art. 125, II, do CPC, que a prestação jurisdicional obedeça a uma vantajosa relação custo-benefício, ou seja, que proporcione maior eficiência com o menor custo possível. A economia torna o processo mais efetivo, na medida em que a providência desejada deve ser realizada da forma mais célere, menos custosa e com maior chances de sucesso. (PINHO, 2012, p. 97-98).

Esta, por sua vez: “[...] é caracterizada por dois aspectos distintos, quais sejam, a razoabilidade na duração do processo e a celeridade em sua tramitação.” (BARROSO, 2012, p. 29).

Quanto ao princípio da economia processual:

É o princípio que informa a realização dos atos processuais. Estes devem ser sempre praticados da forma menos onerosa possível às partes, dentre aquelas previstas na legislação processual. A necessidade atual de um processo de resultado faz com a análise das formalidades processuais seja realizada visando a finalidade pretendida em lei e não a forma em si mesma.

Desse princípio decorre a regra do aproveitamento dos atos processuais, pela qual os já realizados, desde que não tenham ligação direta com eventual nulidade anterior, permanecem íntegros e válidos. Incide ele, também, na formação de todo e qualquer procedimento, que deve chegar à sentença com o mínimo possível de atividade processual. Decorre dele, ainda, a possibilidade de indeferimento da inicial, a possibilidade de julgamento antecipado, os institutos da conexão, cumulação de pedidos e ações, entre outros. Ademais, é a economia processual aplicada na interpretação dos institutos do litisconsórcio e da intervenção de terceiros. (BARROSO, 2012, p. 33-43).

Com base nisso, a denunciação da lide no atual ordenamento pátrio “[...] presta-se à dupla função de, cumulativamente, (a) notificar a existência do litígio a terceiro; e (b) propor antecipadamente a ação de regresso contra quem deva reparar os prejuízos do denunciante” (THEODORO JÚNIOR, 2013, p. 152), em caso de perda da demanda.

Segundo DANIEL AMORIM ASSUNÇÃO NEVES:

A denunciação da lide é uma espécie de intervenção coercitiva, estando vinculado o denunciado à demanda em razão de sua citação, pedida tempestivamente por autor ou réu. Diferente da nomeação à autoria, não existe a possibilidade de esse terceiro negar sua qualidade de parte; pode até não participar, restando omissa durante todo o trâmite procedimental, mas para todos os efeitos jurídicos será considerado vinculado à relação jurídica processual com a sua citação regular. (2013, p. 246).

Em regra “a denunciação da lide é cabível em qualquer tipo de ação, quando o vencido tenha eventualmente ação de regresso contra terceiro, em virtude do insucesso na causa” (THEODORO JÚNIOR, 2013, p. 98).

A denunciação da lide classifica-se como uma demanda incidente, regressiva, eventual e antecipada:

a) incidente porque será instaurada em processo já existente; b) regressiva porque fundada no direito de regresso da parte contra o terceiro; c) eventual porque guarda uma evidente relação de prejudicialidade com a demanda originária, considerando-se que, se o denunciante não suportar dano algum em razão de seu resultado, a denunciação da lide perderá seu objeto; d) antecipada porque o confronto entre o interesse de agir e economia processual o legislador prestigiou a segunda; afinal, não havendo ainda nenhum dano a ser ressarcido no momento em que a denunciação da lide ocorre, em tese não há interesse de agir do denunciado em pedir o ressarcimento. Razões de economia processual, entretanto, permitem excepcionalmente uma demanda sem interesse de agir. (NEVES, 2013, p. 246).

Em complemento ao supramencionado:

Trata-se de demanda incidente, em processo já em curso. Ou seja, proposta a denunciação, o processo passará a ter duas demandas: a principal e a incidental. A sentença, de tal sorte, decidirá não apenas a lide entre autor e réu, mas também a que se criou entre a parte denunciante (autor ou réu) e o terceiro denunciado. A denunciação acarreta a ampliação objetiva e subjetiva ulterior do processo. (DONIZETTI, 2014, p. 215).

Portanto “a denunciação da lide é medida qualificada legalmente como obrigatória, que leva a uma sentença sobre a responsabilidade do terceiro em face

do denunciante, de par com a solução normal do litígio de início deduzido em juízo, entre autor e réu.” (THEODORO JÚNIOR, 2013, p. 152).

Deferida a denunciação, independentemente se o denunciado negar sua participação, na sentença o juiz terá de estabelecer a responsabilidade do denunciado, de forma a compor duas demandas: uma entre autor e réu e outra entre o denunciante e o denunciado. O art. 76 dispõe que a sentença que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo. (DONIZETTI, 2014).

Causa de nulidade da sentença:

Havendo denunciação da lide, o juiz deve decidir, na mesma sentença, o litígio entre autor e réu e aquele entre denunciante e denunciado. A sentença que decide apenas a ação principal, omitindo-se quanto à ação secundária de denunciação da lide, é nula (STJ, Resp. 843.392/MT, Rel. Ari Pargendler, 3ª Turma, jul. 25.09.2006, DJ 23.10.2006, p. 313). (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 206).

Trabalhados os conceitos, classificação e função da denunciação da lide, busca o tópico que segue fazer uma leitura dos dispositivos processuais previstos no Código de Processo Civil (artigos 70 a 76), com objetivo de elucidar as hipóteses de cabimento, segundo o dispositivo referido.

## 2.3 LEITURA DOS ARTIGOS 70 A 76 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

### 2.3.1 Obrigatoriedade da denunciação da lide

A denunciação da lide inicia com a leitura do artigo 70 do CPC, que traz as hipóteses em que é obrigatória a denunciação (BRASIL, 2015-B):

Art. 70. A denunciação da lide é obrigatória:

I - ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

II - ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;

III - àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda. (BRASIL, 2015)

Fazendo análise individual de cada hipótese:

A primeira hipótese refere-se ao chamamento do alienante, quando o adquirente a título oneroso sobre reivindicação da coisa negociada por parte de terceiro. A convocação se faz para que o denunciado venha garantir ao denunciante o exercício dos direitos que lhe advém da evicção, nos termos dos arts. 1.107 a 1.117 do Código Civil de 1916. (JÚNIOR H., 2013, p. 152).

Evicção, segundo Clóvis Beviláqua, “é a perda total ou parcial de uma coisa, em virtude de sentença, que a atribui a outrem, por direito anterior ao contrato, de onde nascera a pretensão do evicto.” (DONIZETTI, 2014, p. 216).

Conceito, “como se sabe, a evicção é conceituada como sendo a perda de uma coisa por sentença judicial ou ato administrativo de apreensão, sendo tratada entre os arts. 447 a 457 do CC.” (TARTUCE, 2014, p. 153-154).

Trata-se de “denúnciação da lide ao alienante, para garantir o adquirente dos riscos da evicção. Terceiro a que alude o dispositivo é quem não figurou no negócio de direito material, mas figura como parte na demanda.” (DONIZETTI, 2014).

Segundo DANIEL DE AMORIM NEVES:

Aduz o art. 70, I, do CPC ser cabível a denúnciação da lide do alienante sempre que terceiro reivindicar a coisa, possibilitando-se ao adquirente exercer o direito que da evicção resulta. Significa dizer que, demandado o adquirente de coisa, sua perda em razão de decisão judicial (evicção) lhe gerará um dano que deverá ser ressarcido pelo sujeito que alienou a coisa. Não interessam as razões da evicção, porque em qualquer uma delas – tema de direito material – o alienante tem a responsabilidade regressiva de ressarcir o adquirente pelos danos gerados pela perda da coisa. (2014, p. 246).

A segunda hipótese do art. 70 se refere “à denúnciação da lide ao proprietário ou possuidor indireto quando a ação versar sobre bem em poder do possuidor direto e só esse for demandado.” (THEODORO JÚNIOR, 2013, p. 153).

A doutrina de NEVES diz:

“quando exerce a posse direta da coisa demandada, deverá realizar a denúnciação da lide do possuidor indireto ou do proprietário, em casos como do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, sendo que a melhor doutrina entende ser o rol das relações jurídicas descrita pelo art. 70, II, do CPC meramente exemplificativo, sendo outros possuidores direitos legitimados a denunciar como o depositário, o comodatário, o usuário o titular do direito real de habitação, o enfiteuta, o promissário-comprador e o testamenteiro. (2014, p. 248).

Esse dispositivo “vincula-se ao art. 1.197 do CC, que prevê a coexistência das posses direta e indireta.” (DONIZETTI, 2014, p. 219). Nos exemplos anteriormente citados, “o proprietário ou possuidor, ao ceder a posse direta a outrem, assume o dever de garantir o exercício normal dela por aquele que passa a ser o possuidor direto.” (THEODORO JÚNIOR, 2013, p. 153).

Noção de posse:

O vocábulo posse significa poder do exercício de fato sobre uma coisa. Quando essa situação é relevante para o direito, considera-se um fato jurídico. E, como fato jurídico, pode consubstanciar-se a conduta daquele que age sobre a coisa como um ato lícito ou ilícito. Assim, somente a posse que é um fato jurídico demonstra-se de importância para o direito. [...] O possuidor de um bem pode promover a sua disposição física, impedindo, assim, o exercício do poder de outrem sobre o mesmo bem. (LISBOA, 2012, p. 48).

Nessa espécie de denunciação:

[...] o possuidor direto é legitimado a figurar na demanda, até porque por meio da denunciação não haverá alteração objetiva, e sim litisconsórcio ulterior entre o denunciante e o denunciado. Ocorrendo a ilegitimidade passiva do possuidor direto, como se dá na demanda que discute a propriedade do bem, será caso de extinção do processo por carência de ação, não lhe sendo facultada a nomeação à autoria, porque tal forma de intervenção é exclusiva do mero detentor. (NEVES, 2014, p. 248).

Posse indireta, “é exercida por quem é o titular de direito real sobre uma determinada coisa, quando ela se encontra sob a posse direta de outrem.” (LISBOA, 2012, p. 50).

Posse direta, “é exercida por quem tem o contato físico com a coisa ou possui algum direito real sobre coisa alheia.” (LISBOA, 2012, p. 49).

Nesse sentido as lições de Silvio de Salvo Venosa:

“(...) possuidor indireto é o próprio dono ou assemelhado, que entrega seu bem a outrem. A tradição da coisa faz com que se opere a bipartição da natureza da posse. Possuidor direto ou imediato é o que recebe o bem e tem o contato, a bem dizer, físico com a coisa, em explanação didática simplificada. Nesse diapasão, serão possuidores diretos, também exemplificando, os tutores e curadores que administram bens dos pupilos; o comodatário que recebe e usufrui da coisa emprestada pelo comodante; o depositário que tem a obrigação de guardar e conservar a coisa recebida etc. Todos estes detêm posse de bens alheios. A lei ou o contrato, como regra geral, determinará a forma e lapso temporal dessa posse direta. Não

apenas relações de direito obrigacional ou real podem desdobrar a posse, mas também de direito de família e de sucessões. (VENOSA, 2011, p. 56).

Na condição de locatário, locador e terceiro:

Aquele que, ocupando o imóvel na condição de locatários, são demandados, para entrega da posse direta que exercem a título oneroso, por pessoa distinta daquela com quem celebraram o contrato de locação, não só podem, como lhes é por lei imposto, denunciar da lide o locador, sob pena de perderem o direito de deste exigirem indenização pelos prejuízos decorrentes de eventual frustração do pacto locativo [...]. (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 100).

O locatário é citado em nome próprio em ação de reintegração de posse que tem por objeto o imóvel locado, dessa forma garanti-se ao locatário denunciar a lide o locador para ser indenizado caso não seja possível cumprir o contrato de locação. O locador pode ainda defende-se em litisconsórcio com o locatário. (DONIZETTI, 2014).

No inciso III, entende a doutrina “[...] que o juiz só deverá deferir a denunciação da lide quando o litisdenunciado estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.” (DONIZETTI, 2014, p. 218).

Essa situação, segundo doutrina:

Trata-se da hipótese mais frequente de denunciação da lide em razão de sua evidente amplitude. Enquanto as outras duas hipóteses de cabimento exigem situações muito específicas – evicção e relação possuidor direto/possuidor indireto ou proprietário -, a melhor doutrina entende que o art. 70, III, do CPC permite a denunciação da lide em qualquer hipótese de direito regressivo previsto em lei ou contrato, como ocorre relativamente ao contrato de seguro ou à previsão legal de que empregador responde pelos atos danosos de seu empregado. (NEVES, 2013, p. 249).

A última hipótese do art. 70, inciso III “se refere à denunciação da lide àquele que estiver obrigado, por lei ou contrato, a indenizar o denunciante, em ação regressiva, pelo prejuízo que eventualmente advier da perda da causa” (JÚNIOR H., 2013, p. 153).

Ainda, segundo a doutrina processualista:

A falta de denunciação, segundo a lição de Celso Barbi, leva à perda do direito de regresso. Essa perda, porém, só ocorre em casos como o da garantia da evicção [...]. O art. 70, nº III, consoante abalizado entendimento do mesmo processualista, deve ser interpretado, restritivamente, de modo a

abranjer unicamente o direito de regressivo, como tal conceituado em lei, e não situações apenas assemelhadas, como a do contrato de seguro. Na verdade, a responsabilidade do segurador é direta e não regressiva, pois decorre do dano e não da sucumbência do segurado [...]. (JÚNIOR H., 2013, p. 153).

#### Sobre direito de regresso:

A responsabilidade indireta suportada pela pessoa indicada pela lei permite-lhe o exercício do direito de regresso contra o real causador do dano. Exemplo: o empregador responsabilizado pela conduta danosa praticada por seu empregado pode exigir-lhe em ação regressiva aquilo que pegou para reparar o dano causado à vítima. (LISBOA, 2012, p. 243).

O direito de regresso ocorre (responsabilidade direta) quando um dos responsáveis repara o dano, porém possui o direito de reaver a outra parte da importância eventualmente paga, segundo a participação de cada agente para a causação do evento. (LISBOA, 2012).

Encerradas as hipóteses elencadas pelo artigo 70 e incisos do CPC, passamos à análise do artigo 71 do mesmo dispositivo legal.

### 2.3.2 Citação na Denúnciação da Lide

Diz o artigo 71 do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015-B): “Art. 71. A citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu.”

Caso não ocorra a citação válida dos denunciados, nula é sentença que estabelecer a responsabilidade desse e consequentemente o direito de regresso do denunciante nos mesmos autos:

Não processada regularmente a denúncia da lide requerida informalmente na contrariedade, inadmissível é reconhecer-se a final, na sentença, o pretendido direito de regresso contra os corréus na causa (RSTJ 17/267, maioria). No caso, os denunciados, que eram corréus na ação principal, não foram intimados para responder à denúncia formulada por um dos corréus. O STJ reputou obrigatória tal intimação, a fim de que pudessem exercer seu direito de defesa; por isso, não conhecendo do recurso especial, manteve o acórdão que deixara de julgar a denúncia pelo merecimento; todavia, ressaltou ao denunciante a possibilidade de pleitear o direito de regresso em ação autônoma. (NEGRÃO; GOUVEA, BONDIOLI 2014, p. 207).



Denúnciação feita pelo autor, “seu prazo será o da propositura da ação originária, devendo ser requerida a citação do denunciado juntamente com a do réu originário da demanda.” (NEVES, 2013, p. 256).

Em caso de “o denunciado já integrar a lide sua citação é desnecessária, cabendo, entretanto, a intimação do advogado para representar sua resposta à denúncia.” (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 102).

Com base no princípio da instrumentalidade das formas (NEVES, 2013, p. 256) “não há necessidade de interposição de duas petições iniciais, bastando que o autor elabore um tópico da petição inicial justificando a denúncia da lide (causa de pedir), além de fazer um pedido de citação do denunciado.”

Segundo DONIZETTI (2014, p. 220):

A denúncia feita pelo autor será requerida na própria petição inicial (art. 71). Nesse caso, cita-se primeiro o denunciado, a fim de que ele possa se defender quanto à ação regressiva e aditar a petição inicial, assumindo a posição de litisconsorte do denunciante, ou permanecer inerte, caso em que será reputado revel na demanda regressiva (art. 74). Somente após transcorrer o prazo pra contestar a ação regressiva e aditar a inicial é que o réu será citado. (2014, p. 220).

Na denúncia feita pelo autor, deferida a citação, “o juiz deverá marcar o prazo de resposta do denunciado, e o processo ficara suspenso (art. 72). Em princípio, será de quinze dias (art. 297).” (JÚNIOR H., 2013, p. 158).

Denúnciação pelo réu será feita no prazo para contestação, sendo esta a modalidade mais frequente de denúncia:

A denúncia da lide realizada pelo réu é muito mais frequente do que a realizada pelo autor, apontando o art. 71 do CPC o prazo de contestação para que seja realizada, sob a consequência da preclusão temporal. Mais uma vez o texto legal utiliza a espécie em vez do gênero, sendo preferível entender que o prazo para o réu utiliza a espécie em vez do gênero, sendo preferível entender que o prazo para o réu realizar a denúncia da lide é o prazo de resposta, já que é cabível denúncia da lide depois de apresentada a contestação, desde que dentro do prazo de resposta do réu. Como já afirmado, o princípio da instrumentalidade das formas dispensa a elaboração de uma petição inicial, bastando um mero tópico na contestação descrevendo a causa de pedir da denúncia da lide (tipificação no caso concreto de uma das situações previstas no art. 70 do CPC) e o pedido de citação do denunciado. (NEVES, 2013, p. 257).

Nos termos acima citados, quando da denúncia requerida pelo réu, “a denúncia será requerida no prazo para contestar (art. 71). Poderá ser requerida

junto à contestação. Entretanto, se contestar, posteriormente não poderá fazer a denúncia, em face da preclusão.” (DONIZETTI, 2014, p. 220).

Da mesma forma que na denúncia feita pelo autor:

Determinado o juiz a citação do denunciado ou do nomeado à autoria, suspende-se o processo. [...] Deferido o processamento da ação incidental denominada denúncia da lide e conseqüentemente ordenada a citação do denunciado, suspende-se o processo, no que diz respeito à causa principal, até que se realize o ato de citação do terceiro. (THEODORO JÚNIOR, 2012, p. 103).

Entendendo o magistrado que o pedido não se trata de situação cabível de denúncia da lide, poderá indeferir, cabendo dessa decisão agravo de instrumento. (DONIZETTI, 2014).

Deferida a denúncia e determinada à citação (BRASIL, 2015-B):

Art. 72. Ordenada a citação, ficará suspenso o processo.

§ 1º - A citação do alienante, do proprietário, do possuidor indireto ou do responsável pela indenização far-se-á:

- a) quando residir na mesma comarca, dentro de 10 (dez) dias;
- b) quando residir em outra comarca, ou em lugar incerto, dentro de 30 (trinta) dias.

§ 2º Não se procedendo à citação no prazo marcado, a ação prosseguirá unicamente em relação ao denunciante.

Quanto aos prazos “a citação deve ser realizada no prazo de dez dias, se o denunciante residir na mesma comarca onde foi ajuizada a ação; ou em 30 dias, quando residente em outra comarca, ou em lugar incerto.” (DONIZETTI, 2014, p. 221).

Deferido o pedido de denúncia será o processo principal suspenso até a citação válida do denunciado. Em caso de citação negativa, torna-se ineficaz a denúncia:

Em aplicação ao art. 72 do CPC, o pedido de denúncia da lide feito pelo autor suspende o andamento do processo – melhor seria dizer procedimento principal – devendo a citação do terceiro ocorrer no prazo de 10 dias quando o denunciado for domiciliado no mesmo foro em que tramita a demanda e em 30 dias quando for domiciliado em outro foro, sendo expresso no art. 72, § 2º, do CPC, na previsão de que, não realizada a citação dentro desse prazo, é tornada ineficaz a denúncia, seguindo a demanda entre as partes originárias. Caso o atraso derive de circunstâncias alheias à vontade do denunciante – demora do cartório ou postura do denunciado-, a sanção prevista no artigo ora analisado não será aplicada. (NEVES, 2013, p. 256).

Realizada breve análise dos métodos para citação do denunciado, passamos à leitura do artigo 73 do CPC.

Estabelece o texto do artigo 73 (BRASIL, 2015-B):

Art. 73. Para os fins do disposto no art. 70, o denunciado, por sua vez, intimará do litígio o **alienante**, o **proprietário**, o **possuidor indireto** ou o **responsável pela indenização** e, assim, sucessivamente, observando-se, quanto aos prazos, o disposto no artigo antecedente. (Grifei).

A doutrina define a situação elencada pelo artigo 73 do CPC como “denúnciação sucessiva”, tal hipótese, ainda que de rara ocorrência, levanta divergências quanto sua aplicação. (NEVES, 2013).

Ocorre o exemplo de denúnciação sucessiva quanto o adquirente é citado em ação de usucapião “sob o fundamento de que a pretensão aquisitiva ocorrera antes da alienação. O adquirente (réu) denuncia a lide ao seu alienante, que, por sua vez a denunciará à pessoa de quem houve o bem, e assim sucessivamente.” (DONIZETTI, 2014, p. 220).

O artigo 73 permite uma cumulação de partes na demanda processual, de modo que sejam feitas denúncias sucessivas, de modo que todos os interessados integrem a lide:

[...] o que permite o art. 73 é a cumulação sucessiva de várias denúncias da lide num só processo. Quando isto se der, somente após a ultima denúncia é que o processo retornará à sua marcha normal, pondo fim à suspensão preconizada no art. 72. Entendia-se que a denúncia sucessiva, nos termos do art. 73, não se podia fazer *per saltum*, de sorte que cada denúncia teria que promovê-la regressivamente, face do transmitente imediato. O tema foi enfocado de maneira diferente pelo Novo Código Civil, ao tratar, no art. 456, da garantia da evicção. Com esta inovação, o direito de reclamar os efeitos da referida garantia poderá ser exercido mediante notificação do litígio, ao alienante imediato, ou a qualquer dos anteriores. Não há que se observar, portanto, a ordem rigorosa das alienações do bem evicto. Conferindo-se ao evicto o direito de avançar na cadeia regressiva dos sucessivos alienantes, a lei civil acabou por instituir uma solidariedade passiva entre eles e perante aquele que sobre a evicção. [...]. (JÚNIOR H., 2013, p. 164).

Para concluir, esclarece Neves:

Ainda que a praxe forense demonstre sua rara ocorrência, é admissível o receio de que o fenômeno da denúnciação sucessiva gere uma cadeia consideravelmente longa de denúnciação da lide, o que poderia em caso extremo tornar a relação jurídica processual muito complexa, a ponto de dificultar o próprio desenvolvimento do processo, com sensível dificuldade

no tramitar procedimental. Nesse caso, a doutrina é pacífica em apontar para o poder do juiz em indeferir a denunciação, amparado nos princípios da celeridade processual e da efetividade da tutela jurisdicional. (NEVES, 2013, p. 255-256).

### **2.3.3 Denunciação da lide feita pelo autor ou pelo réu**

Na situação de denunciação da lide realizada pelo autor, prevê o artigo 74 do CPC (BRASIL, 2015-B): “Art. 74. Feita a denunciação pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.”

Comparecendo o denunciado para responder à demanda:

Segundo previsão do art. 74 do CPC, realizada a denunciação da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo à demanda, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante, podendo nesse caso aditar a petição inicial, sendo realizada a citação do réu da demanda originária depois desse momento procedimental. Ainda que o dispositivo preveja o que pode ocorrer quando o denunciado comparece à demanda, é tranquilo o entendimento de que, mesmo que não compareça, estará vinculado à demanda judicial, bastando para tanto a realização de sua citação válida. Diferente da nomeação à autoria (art. 67 do CPC), na denunciação da lide o terceiro não pode se negar a participar do processo, estando automaticamente vinculado a ela a partir de sua citação válida. (NEVES, 2013, p. 256),

Na doutrina de FREDIE DIDIER:

O denunciado poderá: a) defender-se: negando a sua qualidade, quando então o autor prosseguirá sozinho com a ação contra o réu e terá, mesmo assim, assegurado o direito a ver solucionado a sentença final o seu direito de regresso em face do denunciado; b) comparecer e assumir a posição de litisconsorte ativo: caso em que poderá aditar a petição inicial (essa modificação não pode alterar substancialmente o próprio pedido formulado, ou cumular pedidos outros), agregando novos argumentos e/ou trazendo novas provas; c) permanecer inerte: quando será reputado revel na demanda regressiva. (2009, p. 369).

O artigo 75 do CPC (BRASIL, 2015 – B):

Art. 75. Feita a denunciação pelo réu:

I - se o denunciado a aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado;

II - se o denunciado for revel, ou comparecer apenas para negar a qualidade que lhe foi atribuída, cumprirá ao denunciante prosseguir na defesa até final;

III - se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor, poderá o denunciante prosseguir na defesa.

### Da denunciação pelo réu, conforme apontado acima:

Prevê o inciso I a hipótese de o denunciado aceitar a denunciação e contestar o pedido da parte contrária, prosseguindo a demanda originária entre o autor de uma e de outro, como litisconsortes, denunciante e denunciado. Há dois apontamentos necessários:

A utilização do termo 'aceitar' é impreciso, porque não importa aceitação do denunciado para fins de sua integração ao processo, que será feita a partir de sua citação válida;

O denunciado não precisa contestar o pedido da parte contrária para se tornar litisconsorte do denunciante, sendo o litisconsórcio formado com a mera citação válida, ou seja qualquer que seja a postura adotada pelo denunciado ele sempre será litisconsorte do denunciante na demanda originária. (NEVES, 2013, p. 257-258).

### No inciso II:

Se o denunciado for revel, ou seja, deixar de responder à denunciação, ou comparecer apenas para negar a qualidade que lhe foi atribuída, cumprirá ao denunciante prosseguir na defesa até o final. O prazo de contestação será reaberto após a solução do incidente, mediante intimação do réu, como já afirmamos, se a defesa não tiver sido oferecida juntamente com o pedido de denunciação da lide. (JÚNIOR H., 2013, p. 159)

### Em caso de confissão:

Em seu terceiro inciso, o art. 75 do CPC prevê a hipótese de confissão pelo denunciado dos fatos alegados pelo autor, quando poderá o denunciante prosseguir na defesa. O dispositivo não é claro a respeito da postura do denunciado relativamente à denunciação da lide em si, sendo possível concluir que tanto poderá se insurgir contra a alegação de direito regressivo feita pelo denunciante como poderá restar omissa a esse respeito. Na demanda originária o denunciado pode confessar os fatos alegados pelo autor, o que não gerará automaticamente a presunção de veracidade desses fatos. Caso o denunciante impugne tais fatos, a confissão do denunciado será tão somente mais um meio de prova a ser levado em conta pelo juiz na formação de seu convencimento. (NEVES, 2013, p. 259).

Conforme dito anteriormente, "qualquer que seja a atuação do denunciado diante da sua citação válida, passará a ser um litisconsorte do denunciante na demanda originária e seu adversário da demanda secundária criada pela denunciação da lide." (NEVES, 2013, p. 259).

### 2.2.4 Sentença e Efeitos da Denúnciação da Lide

O artigo 76 do CPC dispõe sobre a sentença proferida, estabelecendo: “A sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.” (BRASIL, 2015 –B).

A sentença “provoca uma verdadeira cumulação de ações, de sorte que o denunciante, perdendo a causa originária, já obterá sentença também sobre sua relação jurídica perante o denunciado [...]” (THEODORO JÚNIOR, 2013, p. 159).

Na sentença:

Haja ou não aceitação da denúncia, o resultado do incidente é sujeitar o denunciado aos efeitos da sentença da causa. Este decisório, por sua vez, não apenas solucionará a lide entre autor e réu, mas também, julgando a ação procedente, declarará, conforme o caso, o direito do evicto ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo, para o denunciante (art. 76). (JÚNIOR H., 2013, p. 159).

Os efeitos da denúncia da lide estão previstos no art. 76 do Código de Processo Civil:

Sintetizando, tem-se o seguinte: em caso de denúncia, o juiz deverá proceder dupla apreciação: uma da relação entre autor e réu (denunciante) e outra da relação entre denunciante e denunciado. Destarte, ‘vencedor na ação principal o denunciante, será necessariamente improcedente a demanda regressiva. Vencido, no todo ou em parte, o denunciante, o juiz apreciará a ação de regresso. (...) Impende, outrossim, sublinhar que nem sempre a circunstância de o denunciante haver sucumbido na ação principal leva à procedência da denúncia da lide, pois muitas vezes inexistente, ou existe apenas em parte, a pretensão do denunciante ao reembolso ou ao ressarcimento.’

No entanto, reconhecido o direito de regresso, a sentença será condenatória e não declaratória, como impropriamente fez constar o Código de Processo Civil. (CORREIA, 2009, p. 155).

Segundo dispõe ao artigo 76 do CPC, (BRASIL, 2015- B): “Art. 76. A sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.”

A sentença, sendo ela positiva ou negativa deverá também estabelecer a responsabilidade do denunciado, trata-se de uma decisão conjunta:

A decisão da lide originária e da lide secundária é normalmente conjunta. Onde o legislador diz ‘declarará’, deve se entender condenará, e esse

entendimento decorre de mera leitura do art. 76, que diz que, a sentença que julgar procedente a ação entre autor e réu originários deve declarar o direito do réu em relação ao denunciado e vale como título executivo. Evidentemente, se a sentença consiste num título executivo, não há de ter conteúdo exclusivamente declaratório, mas condenatório. (WAMBIER, 2015, p. 329).

Neste capítulo foram expostas as possibilidades de aplicação do instituto da denunciação a lide segundo os ensinamentos do atual Código de Processo Civil, modalidades, classificação e leitura dos respectivos artigos que delimitam o procedimento e metodologia do instituto.

Assim, concluída a análise do instituto no Código de Processo Civil, o próximo capítulo trará análise segundo o Código de Defesa do Consumidor.

### **3. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI 8.078/90).**

#### **3.1 INTRODUÇÃO À NORMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.**

##### **3.1.1 Evolução da Norma de Defesa do Consumidor no Brasil**

O CDC, “foi editado em 11 de setembro de 1990 é, portanto, uma lei muito atrasada de proteção ao consumidor. Passamos o século inteiro aplicando às relações de consumo o Código Civil, [...] fundada na tradição do direito civil europeu do século anterior.” (NUNES, 2013, p. 42).

O ordenamento pátrio é “um sistema ordenado de direito positivo. Sob esta ótica sistemática, o direito do consumidor é um reflexo do direito constitucional de proteção afirmativa dos consumidores.” (BENJAMIN, MARQUES e BESSA, 2013. p. 32-33).

Anteriormente ao CDC do relação jurídica de natureza civil era definida pelo Código Civil, porém esse não atendia as necessidades da demanda vulnerável da relação, o consumidor:

Em relação ao direito civil, pressupõe-se uma série de condições para contratar, que não vige para relações de consumo. No entanto, durante praticamente o século inteiro, no Brasil, acabamos aplicando às relações de consumo a lei civil para resolver os problemas que surgiram e, por isso, o fizemos de forma equivocada. Esses equívocos remanesceram na nossa formação jurídica, ficaram na nossa memória influenciando na maneira como enxergamos as relações de consumo, e, atualmente, temos toda sorte de dificuldades para interpretar e compreender um texto que é bastante enxuto, curto, que diz respeito a um novo corte feito no sistema jurídico, e que regula especificamente as relações que envolvem os consumidores e fornecedores. (NUNES, 2013, p. 42).

Nas palavras de Rizzato, “uma lei de proteção ao consumidor pressupõe entender a sociedade a que nós pertencemos.” (NUNES, 2013, p. 42).

Em meados do século XX, com incidência da Revolução Industrial, ocorreu um significativo aumento de pessoas migrando da área rural para os grandes centros urbanos (metrópoles), devido as novas oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento da indústria (BOLZAN, 2014, p. 27). Assim, “com o crescimento populacional nas metrópoles, que gerava aumento de demanda e, portanto, uma possibilidade de aumento da oferta, a indústria em geral passou a querer produzir mais, para vender para mais pessoas (NUNES, 2013, p. 43).”



Este novo contingente populacional “começou, ao longo dos tempos, a manifestar ávido interesse pelo consumo de novos produtos e serviços capazes de satisfazer suas necessidades materiais.” (BOLZAN, 2014, p. 27).

Objetivando atender a demanda populacional:

[...] criou-se a chamada produção em série, a ‘standartização’ da produção, a homogeneização da produção.

Essa produção homogeneizada, ‘standartizada’, em série, possibilitou uma diminuição profunda dos custos e um aumento enorme da oferta, indo atingir então, uma mais larga camada de pessoas. Este modelo de produção é um modelo que deu certo; veio crescendo na passagem do século XIX pra o século XX; a partir da Primeira Guerra Mundial houve um incremento na produção, que se solidificou e cresceu em níveis extraordinários a partir da Segunda Guerra Mundial com o surgimento da tecnologia de ponta, do fortalecimento da informática, do incremento das telecomunicações etc. (NUNES, 2013, p. 43).

Contudo:

Com a nova filosofia de mercado, problemas começaram a surgir. Evidentemente, quando o fornecedor passa a prezar pela quantidade em detrimento da qualidade, o consumidor depara-se com produtos e serviços viciados ou portadores de defeitos que lhe causarão prejuízos de ordem econômica ou física, respectivamente. (BOLZAN, 2014, p. 27).

Esse conceito de produção, “que é o da sociedade capitalista contemporânea, pressupõe planejamento estratégico unilateral do fornecedor, do fabricante, do produtor, do prestador de serviço etc.” (NUNES, 2013, p. 44). Esse, por sua vez, vinha acompanhado de um modelo contratual nas mesmas características do de planejamento estratégico. (NUNES, 2013).

Por sua vez:

Não tinha sentido fazer um automóvel, reproduzi-lo vinte mil vezes, e depois fazer vinte mil contratos diferentes para os vinte mil compradores. Na verdade quem faz um produto e o reproduz vinte vezes também faz um único contrato e o reproduz. [...] Quem planeja a oferta de um serviço ou um produto qualquer, por exemplo, financeiro, bancário, para ser reproduzido milhões de vezes, também planeja um único contrato e o imprime e distribui milhões de vezes.

Esse padrão é, então, o de um modelo contratual que supõe que aquele que produz um produto ou um serviço de massa planeja um contrato de massa que veio a ser chamado pela Lei n. 8.078 de contrato de adesão. (NUNES, 2013, p. 44).

Este, pois bem, “é o modo de produção, de oferta de produtos e serviços de massa do século XX. Só que nós o aplicamos, no caso brasileiro, até 10 de

março de 1991, o Código Civil às relações jurídicas de consumo.” (NUNES, 2014, p. 45).

O Direito da época não estava ‘apto’ a proteger a parte mais fraca da relação jurídica de consumo, “no Brasil a legislação aplicável era o Código Civil de 1916, que foi elaborado para disciplinar relações individualizadas, e não pra tutelar aquelas oriundas da demanda coletiva, como ocorre nas relações consumeristas” (BOLZAN, 2014, p. 28).

Dessa forma: “[...] o direito privado de então não tardaria a sucumbir, pois estava marcadamente influenciado por princípios e dogmas romanistas, tais como: pacta sunt servanda; autonomia da vontade; e responsabilidade fundada na culpa.” (BOLZAN, 2014, p. 28).

O Código trazia uma interpretação privatista que não representava a vontade subjetiva das partes:

[...] quando nos referimos às relações contratuais privatistas, o que se faz é uma interpretação objetiva de um pedaço de papel com palavras organizadas em proposições inteligíveis e que devem representar a vontade subjetiva das partes que estavam lá, na época do ato da contratação, transmitindo o elemento subjetivo para aquele mesmo pedaço de papel. E uma vez que tal foi feito, pacta sunt servanda, isto é, os pactos devem ser respeitados.

Acontece que isto não serve para as relações de consumo. Esse esquema legal privatista para interpretar contratos de consumo é completamente equivocado, porque o consumidor não senta à mesa para negociar cláusulas contratuais [...]. (NUNES, 2013, p. 45)

A análise do texto normativo de forma absoluta é incompatível com a relação de consumo:

De fato, a obrigatoriedade dos termos pactuados, analisada como um postulado praticamente absoluto, é manifestamente incompatível com as relações de consumo, pois, conforme analisaremos ainda neste capítulo, o Direito do Consumidor traz em seu conteúdo norma de ordem pública e de interesse social que possuem, como uma de suas principais repercussões, a impossibilidade de as partes derogarem tais direitos.

Desta forma, não há falar em autonomia de vontade se o contrato de consumo possuir cláusula abusiva, por serem estas nulas de pleno direito, podendo, inclusive, ser assim reconhecidas de ofício pelo Juiz de Direito, numa das manifestações da intervenção estatal. (BOLZAN, 2014, p. 28).

A evolução normativa nos traz maneiras de introduzir o direito do consumidor ao ordenamento, segundo a necessidade da demanda:

Existem três maneiras de introduzir o direito do consumidor. A primeira é através de sua origem constitucional, que poderíamos chamar de introdução sistemática, através do sistema de valores (e de direitos fundamentais) que a Constituição Federal de 1988 impôs no Brasil. A segunda é através da filosofia de proteção dos mais fracos ou as normas do direito que se aplicam a esta relação de consumo. Esta segunda maneira de introduzir o direito do consumidor poderíamos chamar de dogmático-filosófica. A terceira maneira é através da sociologia do direito, ao estudar as sociedades de consumo de massa atuais, a visão econômica dos mercados de produção, de distribuição e de consumo, que destaca a importância do consumo e de sua regulação especial [...]. (BENJAMIN, MARQUES e BESSA, 2013. p. 32).

### Na Constituição Federal de 1988:

A Constituição Federal de 1988, incorporando uma tendência mundial de influência do direito público sobre o direito privado, chamada pela doutrina de 'constitucionalização do Direito Civil' ou 'Direito Civil Constitucional', adotou como princípio fundamental, estampado no art. 5º, 'a defesa do consumidor.'

A inclusão da defesa do consumidor como direito fundamental na CF vincula o Estado e todos os demais operadores a aplicar e efetivar a defesa deste ente vulnerável, considerado mais fraco na sociedade. É o que chamamos 'força normativa da Constituição', na expressão de Konrad Hesse, em que a Constituição, ou os direitos nela assegurados, em especial os direitos fundamentais, não são meros programas ou discursos a serem seguidos, mas apresentam força de norma (norma jurídica), passível de ser executada e exigível. (GARCIA L., 2011, p. 1).

Influenciada pelas Constituições portuguesa e espanhola, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu regras protetivas para o consumidor, destacando-se o disposto nos artigos 5, XXXII, 24, VIII, 129, III, 150, §5º e 170, IV e V. (BRASIL, 2015 – A):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

[...]

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

[...]

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...]

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

[...]

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

IV – livre concorrência;

V - defesa do consumidor.

Vimos aqui uma significativa evolução da Constituição Federal de 1988 ao reconhecer este “novo sujeito de direitos, o consumidor, individual e coletivo, e assegurado sua proteção constitucionalmente, tanto como direito fundamental no art. 5º, XXXII, como princípio da ordem econômica nacional no art. 170, V, da CF/1988.” (BENJAMIN, MARQUES e BESSA, 2013. p. 33).

A conclusão a que se chega é que em respeito aos demais princípios da ordem econômica o fornecedor “para ganhar da concorrência, não poderá colocar um produto ou prestar um serviço no mercado de consumo com violação dos direitos dos consumidores.” (BOLZAN, 2013, p. 36).

O disposto no artigo 170, inciso IV e V, representam:

A passagem do mercado concorrencial para as economias reguladas marca a intervenção do Estado na economia que teve, como um de seus principais marcos, a edição do CDC, norma de ordem pública que objetiva limitar a atividade empresarial e proteger o consumidor, vulnerável, dos atos possivelmente prejudiciais. Em função deste caráter protetivo e intervencionista, a interpretação inicialmente feita do CDC revela uma aparente antinomia com as normas de proteção e fomento da atividade econômica, vez que o CDC era entendido como instrumento para a realização do aspecto social acima (e por cima) da atividade empresarial e da necessidade do desenvolvimento econômico. No entanto, certo é que a CF/1988 (art. 170) inseriu a defesa do consumidor ao lado (nem acima nem abaixo) da concorrência e da livre-iniciativa entre os princípios constitucionais da atividade econômica, razão pela qual não pode haver incompatibilidade, por exemplo, entre questões consumeristas e concorrenciais, mas sim convergência entre elas, para atingir as finalidades (sociais e econômicas) estabelecidas na CF/1988. (EBERLIN, apud OLIVEIRA et al., 2013, p. 1523-1524).

Para essa efetivação dos direitos dos consumidores, não bastava apenas as disposições contidas na Constituição, era necessário também a elaboração de

uma norma jurídica de eficácia que regulamentasse a aplicação desses princípios (fundamentais e econômicos), por isso, o poder constituinte manifestou no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor (BRASIL, 2015 –A).

A Constituição Federal é o ponto de origem dos direitos e garantias dos consumidores, dessa forma:

A Constituição Federal de 1988 é a origem da codificação tutelar dos consumidores no Brasil, pois o art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias encontra-se o mandamento (Gebot) para que o legislador ordinário estabelecesse um Código de Defesa e Proteção do Consumidor, o que aconteceu em 1990. É a Lei 8.078, de 1990, que aqui será chamada de Código de Defesa do Consumidor e abreviada por CDC. (BENJAMIN, MARQUES e BESSA, 2013. p. 33).

### **3.1.2 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

O ADCT tem por finalidade “estabelecer regras de transição entre o antigo ordenamento jurídico e o novo, instituído pela manifestação do poder constituinte originário, providenciando a acomodação e a transição do antigo e do novo direito edificado.” (LENZA, 2012, p. 204).

PEDRO LENZA cita:

Segundo Barroso, destinam-se as normas dessa natureza a auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra, procurando neutralizar os efeitos nocivos desse confronto, no tempo, entre regras de igual hierarquia – Constituição nova versus Constituição velha – e de hierarquia diversa – Constituição nova versus ordem ordinária preexistente, interligando-se, portanto, nesse sentido, com o instituto da recepção. (2012, p. 204)

A doutrina classifica o tipo de norma do ADCT 48 como “norma com prazos constitucionais ultrapassados”, uma vez que o autor identificou os dispositivos que necessitavam de legislação para efetiva aplicação e determinou no texto da norma o prazo para elaboração do Código de Defesa do Consumidor. (LENZA, 2012, p. 205-206).

O ADCT, “tem natureza jurídica de norma constitucional e poderá, portanto, trazer exceções às regras colocadas no corpo da Constituição.” (LENZA, 2012, p. 207).

Para inclusão ou alteração de normas estabelecidas pela ADCT:

A alteração das normas do ADCT ou inclusão de novas regras dependerão da manifestação do poder constituinte derivado reformador, ou seja, necessariamente por meio de emendas constitucionais que, por sua vez, deverão observar os limites ao poder de reforma, sendo que essas disposições novas estabelecidas por emenda serão suscetíveis ao controle de constitucionalidade. Também, em razão de sua natureza jurídica, as disposições do ADCT servirão de parâmetro ou paradigma de confronto para a análise da constitucionalidade dos demais atos normativos. (LENZA, 2012, p. 207).

A norma constituinte, “sob o novo enfoque que se dá ao direito privado, funciona como centro irradiador e marco da reconstrução de um direito privado brasileiro mais social e preocupado com os vulneráveis.” (GARCIA L., 2011, p.1).

Em análise ao conteúdo da Carta Magna:

Quando examinamos o texto da Constituição Federal brasileira de 1988, percebemos que ela inteligentemente aprendeu com a história e também com o modelo de produção industrial que acabamos de relatar. Podemos perceber que os fundamentos da República Federativa do Brasil são de um regime capitalista, mas de um tipo definido pela Carta Magna. Esta, em seu art. 1º, diz que a República Federativa é formada com alguns fundamentos, dentre eles a cidadania, a dignidade da pessoa humana e, como elencados no inc. IV do art. 1º, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. (NUNES, 2013, p. 46).

Assim, na definição da doutrina:

O direito do consumidor seria, assim, o conjunto de normas e princípios especiais que visam cumprir com este triplo mandamento constitucional: 1) de promover a defesa dos consumidores (art. 5.º, XXXII, da Constituição Federal de 1988: ‘O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor’); 2) de observar e assegurar como princípio geral da atividade econômica, como princípio imperativo da ordem econômica constitucional, a necessária ‘defesa’ do sujeito de direitos ‘consumidor’ (art. 170 da Constituição Federal de 1988: ‘A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) V – defesa do consumidor; (...)’); e 3) de sistematizar e ordenar esta tutela especial infraconstitucionalmente através de um Código (microcodificação), que reúna e organize as normas tutelares, de direito privado e público, com base na ideia de proteção do sujeito de direitos (e não da relação de consumo ou do mercado de consumo), um código de proteção e defesa do ‘consumidor’ (art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988: ‘O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor’. (BENJAMIN, MARQUES e BESSA, 2013. p. 33).

Apresentada uma breve análise histórica e conceitual da evolução do direito do consumidor no Brasil, necessária a análise direta do dispositivo tema deste trabalho, o Código de Defesa do Consumidor.

### 3.2 ASPECTOS GERAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – 8.078/90.

#### 3.2.1 Código de Defesa do Consumidor

Código “significa um conjunto sistemático e logicamente ordenado de normas jurídicas, guiadas por uma ideia básica; no caso do CDC, é a defesa de um grupo específico de pessoas, os consumidores.” (BENJAMIN, MARQUES e MIRAGEM, 2013, p. 71).

Durante a elaboração do anteprojeto que originou o Código de Defesa do Consumidor surgiram divergências quanto ao rito estabelecido para sua criação, de maneira que a Constituição mencionava Código, porém o processo legislativo foi de lei ordinária:

Os autores do anteprojeto que originou o CDC comentam que a Lei n. 8.078 teve de ser aprovado com trâmite de lei ordinária para evitar delongas, uma vez que lobbies empresariais queriam adiar sua aprovação, sob a alegação de que a Constituição Federal fala em Código e o processo legislativo vinha sendo o de lei ordinária. Acabou então, sendo aprovada pelo processo de lei ordinária.

Na realidade tem-se de acatar a Lei n. 8.078/90 como um Código, não só porque a Constituição nesses termos a denomina (ADCT, art. 48) como a própria lei assim se expressa (arts. 1º, 7º, §§2º e 3º do art. 28 etc.), mas, também, e principalmente, porque o CDC é um subsistema jurídico próprio, lei geral com princípios especiais voltada para a regulação de todas as relações de consumo, tão caras à sociedade de massas contemporâneas e representando o mais importante e largo setor da economia. (NUNES, 2011, p. 159-160).

O CDC, como codificação, “é sistematicamente organizado, destacando-se os três capítulos iniciais como os mais importantes de seu sistema, a definir seu campo de aplicação, os objetivos e princípios básicos da lei e dos direitos básicos do consumidor.” (BENJAMIN, MARQUES e MIRAGEM, 2013, p. 71).

Primeiramente, “é preciso que se estabeleça o fato de o CDC ter vida própria, tendo sido criado como subsistema autônomo e vigente dentro do sistema constitucional brasileiro.” (NUNES, 2013, p. 113).

O Código de Defesa do Consumidor possui três características: lei principiológica, normas de ordem pública e interesse social e microssistema multidisciplinar. (BOLZAN, 2013).

Como lei principiológica, o Código de Defesa do Consumidor “ingressa no sistema jurídico, fazendo, digamos assim, um corte horizontal, indo, no caso do CDC, atingir toda e qualquer relação jurídica que possa ser caracteriza como de consumo e que esteja também regra por outra norma jurídica infraconstitucional.” (NUNES, 2013, p. 114).

A “eleição de certos princípios pelo legislador ordinário buscou, em última análise, o reequilíbrio de uma relação jurídica que é muito desigual. Busca-se, então, a concretização da igualdade material.” (BOLZAN, 2013, p. 38).

O Código de Defesa do Consumidor:

[...] estabelece em seu artigo 1º, de que se trata de lei de ordem pública e interesse social. Esta sua característica tem fundamento na origem da norma, qual seja, o direito fundamental a uma ação positiva normativa do Estado. Configura-se a norma infraconstitucional, pois, nas realização da prestação normativa do Estado para proteção do titular do direito, o sujeito consumidor. (MIRAGEM, 2014, p. 60).

O CDC estabelece parâmetros sobre a defesa do consumidor de maneira individual ou coletiva:

O CDC dispõe sobre a defesa do consumidor em juízo (CDC 81 a 104), que pode ser feita individualmente o a título coletivo. A defesa coletiva do consumidor pode ser feita por meio de ação civil pública para a tutela dos direitos difusos e coletivos (CDC 81 par. ún. I e II) e por intermédio da class action brasileira (CDC 91 ss.) para a tutela dos direitos individuais homogêneos (CDC 81 par. ún. III). Além do CDC 81 a 104, aplicam-se às ações fundadas no CDC as disposições processuais da LAPC e do CPC e vice-versa. (NERY, 2014, p. 232).

Com “a entrada em vigor da lei consumerista, não se cogita mais em pensar as relações de consumo (as existentes entre fornecedores e consumidores) como reguladas por outra lei.” (NUNES, 2011, p. 155).

O direito do consumidor como base de aplicação à outros sistemas jurídicos:

O direito do consumidor, como microssistema jurídico, adquire o caráter de transversalidade, impresso na sua relação com as diversas outras disciplinas jurídicas em vista complementação de suas normas e, no sentido



inverso, na especialização das normas dos remos tradicionais da ciência jurídica, em vista do princípio básico de proteção do consumidor vulnerável. Assim, a técnica legislativa do CDC remete a normas de naturezas distintas – civil, penal, administrativa, processual – razão pela qual a relação do direito do consumidor com estas outras disciplinas jurídicas é estabelecida para dar sentido e aplicação a tais normas, de modo coerente com o sentido do Código e os preceitos que orientam as disciplinas a que se referem originariamente. (MIRAGEM, 2014, p. 69).

O Código de Defesa do Consumidor “compõe um sistema autônomo dentro do quadro constitucional, Dir-se-á um subsistema próprio inserido no sistema constitucional brasileiro.” (NUNES, 2011, p. 156).

A tutela processual do consumidor “afasta-se de uma perspectiva meramente individualista do processo, a partir da definição de novas categorias de direito ou interesses a serem tutelados processualmente.” (MIRAGEM, 2014, p. 73).

O CDC, “como sistema próprio que é, comporta, assim, que o interprete lance mão de seus instrumentos de trabalho a partir e tendo em vista os princípios e regras que estão nele estabelecidos e que interagem entre si.” (NUNES, 2011, p. 156).

Na estrutura processual clássica:

A relação jurídica processual decorrente do processo civil clássico estruturou-se sob a premissa da desconfiança do juiz, a quem seria atribuído exclusivamente o dever de aplicação instantânea da lei – o juiz como ‘a boca que pronuncia as palavras da lei – e da consideração a interesses individuais presentes no litígio. Esta visão tradicional do processo transforma-se, a partir do papel decisivo do CDC, resultando em normas que passam a expressar uma maior confiança do juiz, conferindo-lhe novos poderes. Não por acaso, muitas das normas originárias do CDC seriam, depois, incorporadas nas reformas do Código de Processo Civil, realizadas a partir de 1994. (MIRAGEM, 2014, p. 74).

Assim, “o uso da técnica de interpretação lógico-sistemática é fundamental para o entendimento das normas do CDC, tanto como a de base teleológica, que permitirá entender seus princípios e finalidades.” (NUNES, 2011, p. 156).

O direito do consumidor:

A partir do seu fundamento constitucional e das normas estipuladas no Código de Defesa do Consumidor, realiza um corte transversal nas diversas disciplinas jurídicas, incorporando no seu texto normativo e em seus princípios fundamentais, institutos de diversas áreas do direito, como direito civil, direito processual, direito penal, direito administrativo, entre outros. Não é demais reafirmar que, ao determinar a aprovação, pelo Congresso

Nacional, de um Código de Defesa do Consumidor, o constituinte indicou a esta norma em caráter sistemático, vinculado a uma ideia básica de proteção ao interesse de consumidor. (MIRAGEM, 2014, p. 80).

O direito do consumidor brasileiro “uma vez que é dotado de princípios e regras próprias, possui produção científica e doutrinária já afirmada e de especialização das relações jurídicas sobre as quais incidem suas normas [...]” (MIRAGEM, 2014, p. 81).

### **3.2.2 Definição de Fornecedor e Consumidor**

Uma das preocupações do CDC foi estabelecer as definições de fornecedor e consumidor, para uma melhor aplicação do ordenamento, segundo as diretrizes por ele estabelecidas.

Nos ensinamentos de BRUNO MIRAGEM:

A definição jurídica de consumidor é estabelecida pelo CDC por intermédio do seu artigo 2º, que estabelece o conceito de consumidor padrão, standard, o qual vai ser complementado por outras três definições, a que a doutrina majoritária qualifica como espécies de consumidores equiparados, uma vez que, independentemente de se caracterizarem como tal pela realização de um ato material de consumo, são referidos deste modo para permitir a aplicação da tutela protetiva do CDC em favor da coletividade, das vítimas de um acidente de consumo, ou mesmo de um contratante vulnerável, exposto ao poder e à atuação abusiva do parceiro negocial mais forte. (2014, p. 144)

O dispositivo, em seu artigo 2º, estabelece:

Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.  
Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.  
(BRASIL, 2015 –D)

Três elementos compõem o conceito de consumidor, “o primeiro deles é o subjetivo (pessoa física ou jurídica), o segundo é o objetivo (aquisição ou utilização de produtos ou serviços) e o terceiro [...] é o teleológico [...] destinatário final.” (GARCIA, 2011, p. 12).

### O elemento teleológico da relação de consumo:

[...] traduz exigência de que o produto ou serviço, ao ser utilizado pelo consumidor, seja recolhido do mercado de consumo de maneira definitiva para a satisfação de uma necessidade própria. E isso não ocorre quando o produto ou o serviço serve à criação ou formulação de outros produtos ou serviços, ou seja, quando é reintrojetado no mercado de consumo, ainda que com outras características ou distinções. (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

A lei utilizou “dos verbos adquirir e utilizar, ensejando a interpretação de que o consumidor não é apenas aquele que se dirige ao fornecedor e colige esforços visando a inversão da posse do bem visado; é também o que utiliza o bem [...]” (VIDAL JÚNIOR; MATOS, 2009, p. 13).

Vale frisar que:

[...] não é consumidor apenas quem adquire, mas também quem utiliza (por exemplo, um familiar do adquirente ou quem ganhou de presente um produto).

A definição estampada no caput do referido artigo é denominada pela doutrina de ‘consumidor stricto sensu’ ou ‘standard’, em contraposição aos consumidores equiparados definidos no parágrafo único do art. 2º e nos arts. 17 e 29. (GARCIA L., 2011, p. 12).

O critério que “oferece maior desafio para a definição do consumidor standard é a interpretação da expressão destinatário final. [...] Ocorre que expressão destinatário final admite distintas interpretações.” (MIRAGEM, 2014, p. 144-145).

Para doutrina, “se alguém adquire produto não como destinatário final, mas como intermediário do ciclo de produção, não será considerado consumidor.” (NUNES, 2013, p. 122).

Formaram-se duas correntes, a finalista descreve que “o consumidor é a parte mais frágil da relação de consumo, ou seja, aquele que consumirá o produto ou serviço em sua plenitude, com o intuito não profissional e sem obtenção de lucro.” (FRONTINI; MACHADO, 2013, p. 3).

Complementando a corrente finalista, consumidor “é aquele que adquire ou utiliza produto ou serviço de modo a exaurir sua função econômica da mesma forma como, ao fazê-lo, determina com que seja retirado do mercado de consumo.” (MIRAGEM, 2014, p. 155).

Assim, “[...] não basta retirar o bem do mercado de consumo, havendo a necessidade de o produto ou serviço ser efetivamente consumido pelo adquirente ou por sua família.” (BOLZAN, 2014, p. 67).

A teoria maximalista “é mais abrangente, entendendo que o CDC regula as relações de consumo em geral, não importando se o consumidor é pessoa jurídica ou física, desde que seja o destinatário final do produto.” (FRONTINI; MACHADO, 2013, p. 3).

Nesse contexto:

De acordo com o caput do art. 2º do CDC, a única característica restritiva para se alcançar o conceito de consumidor seria a aquisição ou utilização do bem como destinatário final. [...]

A doutrina finalista (ou subjetiva), partindo do conceito econômico de consumidor, propõe que a interpretação da expressão destinatário final seja restrita, fundamentando-se no fato de que somente o consumidor, parte mais vulnerável na relação contratual, merece a especial tutela.

Assim, consumidor seria o não profissional, ou seja, aquele que adquire ou utiliza um produto para uso próprio ou de sua família.

[...] o destinatário final é aquele destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa jurídica ou física. Logo, segundo esta interpretação teleológica não basta ser destinatário fático do produto, retirá-lo da cadeia de produção, levá-lo para o escritório ou residência, é necessário ser destinatário final econômico do bem, não adquiri-lo para revenda, não adquiri-lo ora o uso profissional [...]. (GARCIA L., 2011, p. 13).

A teoria maximalista “exige apenas a retirada do bem do mercado de consumo para reconhecer a figura do consumidor, ou seja, basta ser destinatário fático do produto ou do serviço.” (BOLZAN, 2014, p. 69).

Os adeptos da teoria maximalistas, “trazem uma definição mais ampla de consumidor, nele incluindo a pessoa jurídica e o profissional, qualquer que seja a finalidade para a qual retirou o produto ou serviço do mercado de consumo.” (BOLZAN, 2014, p. 69).

No parágrafo único do dispositivo (art. 3º CDC), o legislador criou o consumidor por equiparação, com intuito de proteger o consumidor na esfera coletiva. (OLIVEIRA, 2009).

Quanto à equiparação, “tem-se que este parágrafo único tem o condão de proteger toda a coletividade sujeita às práticas advindas de relações consumeristas, desde que sejam de fato beneficiárias da relação [...]” (FRONTINI; MACHADO, 2013, p. 4).

### O consumidor equiparado:

O CDC estabeleceu três definições de consumidor equiparado, ou seja, que se consideram consumidor por equiparação, com a finalidade de permitir a aplicação das normas de proteção prevista no Código. São os casos do artigo 2º, parágrafo único, artigo 17 e artigo 29 do CDC. Em todos eles, o que se percebe é a desnecessidade da existência de um ato de consumo (aquisição ou utilização direta), bastando para incidência da norma, que se esteja o sujeito exposto às situações previstas no Código, seja na condição integrante de uma coletividade de pessoas (art. 2º, parágrafo único), como vítima de um acidente de consumo (artigo 17), ou como destinatário de práticas comerciais, e de formação e execução de contrato (artigo 29). (MIRAGEM, 2014, p. 147).

No outro lado da demanda temos, com sua definição elencada pelo artigo 3º do CDC, o fornecedor:

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Qualquer empresa, “nacional ou estrangeira, que opera ou realiza operação de fornecimento de produto ou serviço no território nacional submete-se à regência do Código de Defesa do Consumidor.” (OLIVERA, 2009, p. 23).

Em um conceito amplo, “são considerados fornecedores todas as pessoas que propiciam a oferta de produtos e serviços no mercado de consumo, de forma a atender às necessidades dos consumidores.” (FRONTINI; MACHADO, 2013, p. 4).

Na interpretação do artigo:

Não há exclusão alguma do tipo de pessoa jurídica, já que o CDC é genérico e busca atingir todo e qualquer modelo. São fornecedores, pessoas jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com sede ou não no País, as sociedades anônimas, as por quotas de responsabilidade limitadas, as sociedades civis, com ou sem fins lucrativos, as fundações, as sociedades de economia mista, as empresas públicas, as autarquias, os órgãos da Administração direta etc. (NUNES, 2013, p. 135).

Produto é todo e qualquer bem, de natureza móvel ou imóvel, material ou imaterial, servindo-se, utilizando indiretamente de conceitos já estabelecidos pelo ordenamento legal cível (JÚNIOR V.; MATOS, 2009).

O conceito de produto “está estreitamente ligado à ideia do bem, resultado da produção do mercado de consumo” (NUNES, 2013, p. 139).

Caracteriza-se serviço como “atividades tipicamente profissionais, como a comercialização, a produção, a importação, indicando também a necessidade de certa habitualidade, como a transformação, a distribuição de produtos”. (BEJAMIN; BESSA; MARQUES, 2013, p. 112).

Dessa forma ainda podemos definir serviço como atividade prestada no mercado de consumo, oferecida como decorrência de atividade econômica do fornecedor. (MIRAGEM, 2014).

O Código de Defesa do Consumidor traz a definição exemplificativa de serviço no artigo 3º:

Definiu serviço no §2º do art. 3º e buscou apresenta-lo de forma a mais completa possível. Porém, na mesma linha de princípios por nos já apresentada, é importante lembrar que a enumeração é exemplificativa, realçada pelo uso do pronome ‘qualquer’. Dessa maneira, como bem a lei diz, serviço é qualquer atividade fornecida ou, melhor dizendo, prestada no mercado de consumo. (NUNES, 2013, p. 144).

Na prestação de serviços, “a remuneração pode ser fazer de duas maneiras: a) remuneração direta – pagamento imediato; b) remuneração indireta – pagamento mediato (também chamada de falácia de gratuidade).” (FRONTINI; MACHADO, 2013, p. 6).

A lei ainda define serviço como “qualquer categoria de atividade oferecida no mercado de consumo mediante remuneração, mesmo que indireta, incluindo-se as de natureza, bancária, financeira, de crédito e securitária.” (JÚNIOR V; MATOS, 2009, p. 29).

Porém, excluem-se do objeto da relação jurídica de consumo, as relações trabalhistas:

Basicamente são três fundamentos da exclusão das relações trabalhistas como objeto da relação jurídica de consumo na visa da doutrina:  
-existência de lei específica regulatória das relações empregatícias, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

-a posição constitucional em que se encontram os direitos dos trabalhadores (direitos fundamentais sociais, arts. 6º e 7º da Constituição Federal);  
 -uma justiça especializada para dirimir os conflitos de interesses decorrentes das relações de emprego (a Justiça do Trabalho). (BOLZAN, 2014, p. 127).

Concluindo, “serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.” (BENJAMIN; BESSA; MARQUES, 2013, p. 113-114).

### 3.2.3 Princípios Gerais de Defesa do Consumidor

A lei 8.078/90 “estabelece, então como dito, princípios que se irradiam pelo próprio texto nos diversos capítulos e seções e que estão firmados nos arts. 1º, 4º, 6º e 7º.” (NUNES, 2011, p. 157).

Os “princípios gerais do CDC e direitos básicos do consumidor são tratados conjuntamente em diversas oportunidades, sendo determinado instituto – como o direito à informação- ora estudo como princípio, ora como direito dos vulneráveis.” (BOLZAN, 2014, p. 199).

Quanto aos princípios:

São eles o do protecionismo e do imperativo de ordem pública e interesse social, que permite, por exemplo, que o magistrado aplique as regras legais e offico (art. 1º); o da vulnerabilidade (art. 4º); o da hipossuficiência (art. 6º, VIII); o da revisão das cláusulas contrárias (art. 6º, V); o da conservação do contrato (art. 6º, V); o da equivalência (art. 4º, III, c/c o art. 6º, II); o da transparência (art. 4º, caput), e o da solidariedade (parágrafo único do art. 7º). (NUNES, 2011, p. 157).

O significado de hipossuficiência do texto do preceito normativo do CDC não é econômico. É técnico. [...] Tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento [...].” (NUNES, 2011, p. 218).

Aspecto importante no princípio da hipossuficiência (art. 6, inciso VIII):

Possibilidade da inversão do ônus da prova a favor do consumidor quando for verossímil sua alegação ou quando ele for hipossuficiente. O CDC adotou regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, uma vez que o magistrado tem o poder de redistribuição (inversão) do ônus probatório,

caso verificada a verossimilhança da alegação ou hipossuficiência do consumidor. (GARCIA L., 2011, p. 77).

O princípio da solidariedade apresenta seu fundamento na Constituição da República, “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (artigo 1º, IV). [...] a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme ditames da justiça social.” (MIRAGEM, 2014, p. 130).

O princípio da solidariedade “estabelece uma autêntica orientação solidarista do direito, e impõe a necessidade de se observar os reflexos da atuação individual perante a sociedade.” (MIRAGEM, 2014, p. 131).

O princípio, que somado à boa-fé realiza a harmonização na relação de consumo é o princípio da equivalência (ou equilíbrio):

[...] é o princípio do equilíbrio expresso no art. 4º, inciso III, do Diploma Consumerista: harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade do desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores. (BOLZAN, 2014, p. 222).

Um exemplo que descreve a atuação desse princípio é a própria criação da norma de direito do consumidor, que ao estabelecer norma específica para proteção do consumidor, traz um equilíbrio entre as partes (consumidor e fornecedor). (BOLZAN, 2014).

Assim, “o princípio do equilíbrio foi uma decorrência natural do contexto histórico de desigualdade em que surgiu a necessidade da defesa do consumidor.” (BOLZAN, 2014, p. 223).

O princípio da transparência expresso no “*caput*” do artigo 4º do CDC, “se traduz na obrigação do fornecedor de dar ao consumidor a oportunidade de conhecer os produtos e serviços que são oferecidos. [...] será complementado pelo princípio do dever de informar.” (NUNES, 2011, p. 193).

Com efeito, “não basta dar a oportunidade ao consumidor de ter acesso formal ao contrato. O princípio em comento exige a necessidade do acesso material, efetivo e real do objeto contratual, [...] ao lê-lo será capaz de compreender o seu conteúdo.” (BOLZAN, 2014, p. 273).



No art. 6º, destaca-se “o princípio da conservação dos contratos de consumo ao prever, no inciso V, a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes.” (GARCIA L., 2011, p. 64).

A garantia de “revisão das cláusulas contratuais em razão dos fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas, tem, também, fundamento nos outros princípios instituídos [...]: boa-fé e equilíbrio, vulnerabilidade e isonomia [...]” (NUNES, 2011, p. 212).

Primeiramente:

Percebemos a presença da figura da lesão. De acordo com o inciso V, primeira parte, a lesão possibilita a ‘modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais...’ Ou seja, ela é verificada em decorrência da quebra do sinalagma genético da relação contratual, pois se afere um desequilíbrio desde a formação do contrato. (GARCIA L., 2011, p. 64).

Não se trata de “clausula rebus sic stantibus, mas, sim, de revisão pura, decorrente de fatos posteriores ao pacto, independentemente de ter havido ou não previsão ou possibilidade de previsão dos acontecimentos.” (NUNES, 2011, p. 212).

### **3.2.3.1 Princípio da Vulnerabilidade**

O último e principal princípio, que sustenta a elaboração de uma norma de proteção ao consumidor, merece destaque dentre os outros, não menos importantes para efetivação dos direitos adquiridos com a concretização da norma de proteção e defesa.

O princípio da vulnerabilidade “é o princípio básico que fundamenta a existência e aplicação do direito do consumidor.” (MIRAGEM, 2014, p. 121).

O artigo 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor “identificou como o primeiro princípio da Política Nacional das Relações de Consumo o da Vulnerabilidade, que expressa o ‘reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor [...]’ (BOLZAN, 2014, p. 201).

Tal reconhecimento “é uma primeira medida de realização da isonomia garantida na Constituição Federal. Significa ele que o consumidor é a parte fraca da relação jurídica de consumo.” (NUNES, 2013, p. 178).

O princípio da vulnerabilidade busca equiparar o consumidor ao fornecedor, de modo que coloque-os em uma situação de paridade, diante da evidente diferença material entre eles. (JÚNIOR V.; MATOS, 2009).

A vulnerabilidade do consumidor:

Constitui presunção legal absoluta, que informa se as normas do direito do consumidor devem ser aplicadas e como devem ser aplicadas. Há na sociedade atual o desequilíbrio entre os agentes econômicos, consumidor e fornecedor, nas relações jurídicas que estabelecem entre si. O reconhecimento desta situação pelo direito é que fundamenta a existência de regras especiais, uma lei *ratione personae* de proteção do sujeito mais fraco da relação de consumo. (MIRAGEM, 2014, p. 122).

A vulnerabilidade deve estar presente “para que o consumidor possa ser tutelado pelo CDC. Conforme explanamos quando da conceituação de consumidor no art. 2º, todo consumidor é, por natureza, vulnerável perante o fornecedor.” (GARCIA L., 2011, p. 42).

Notória e evidente, “essa fraqueza, essa fragilidade, é real, concreta, e decorre de dois aspectos: um de ordem técnica e outro de cunho econômico.” (NUNES, 2011, p. 194).

Com a constatação que “a relação de consumo é extremamente desigual, imprescindível foi buscar instrumentos jurídicos para tentar reequilibrar os negócios firmados entre consumidor e fornecedor [...]” (BOLZAN, 2014, p. 202).

A justificativa de sua existência se resume em que:

Os direitos são os mesmos para todos; mas, como nem todos se acham em igualdade de condições para os exercer, é preciso que estas condições sejam criadas ou recriadas através da transformação da vida e das estruturas dentro das quais as pessoas se movem (...) mesmo quando a igualdade social se traduz na concessão de certos direitos ou até certas vantagens especificamente a determinadas pessoas – as que se encontram em situações de inferioridade, de carência, de menor proteção – a diferenciação ou a discriminação (positiva) tem em vista alcançar a igualdade e tais direitos ou vantagens configuram-se como instrumentais no rumo para esses fins. (BOLZAN, 2014, p. 202).

Os meios de produção (fabricação e distribuição) são de conhecimento exclusivo do fornecedor, que ciente dos valores reais pertinentes ao produto ou serviço, repassa ao consumidor, que, vulnerável em uma escala técnica e administrativa, adquire-o do fornecedor presumindo a justiça recíproca na relação. (NUNES, 2013).

O fornecedor detém ainda “o elemento fundamental da decisão: é o fornecedor que escolhe o que, quando e de que maneira produzir, de sorte que o consumidor está à mercê daquilo que é produzido.” (NUNES, 2013, p. 179).

O reconhecimento “de presunção absoluta da vulnerabilidade a todos os consumidores não significa, contudo, que os mesmos serão igualmente vulneráveis perante o fornecedor.” (MIRAGEM, 2014, p. 123).

A doutrina nos traz algumas espécies de vulnerabilidade, sendo elas: técnica, jurídica/científica, fática/socioeconômica e informacional. (BOLZAN, 2014).

A vulnerabilidade técnica se dá:

Em face da hipótese na qual o consumidor não possui conhecimentos especializados sobre o produto ou serviço que adquire ou utiliza em determinada relação de consumo. O fornecedor, por sua vez, presume-se que tenha conhecimento aprofundado sobre o produto ou serviço que ofereça. É dele que se exige a expertise e o conhecimento mais exato das características essenciais do objeto da relação de consumo. O que determina a vulnerabilidade, neste caso, é a falta de conhecimentos específicos pelo consumidor e, por outro lado, a presunção ou exigência destes conhecimentos pelo fornecedor. (MIRAGEM, 2014, p. 123).

A vulnerabilidade jurídica decorre da falta de “conhecimentos, pelo consumidor, dos direitos e deveres inerentes à relação de consumo que estabelece, assim como a ausência da compreensão sobre as consequências jurídicas do contrato que celebra.” (MIRAGEM, 2014, p. 123).

A vulnerabilidade fática ou socioeconômica trata da situação do consumidor no aspecto econômico. Entretanto, “seria esta uma espécie ampla, que abrange, genericamente, diversas situações concretas de reconhecimento da debilidade do consumidor.” (BOLZA, 2014, p. 206).

Trata de situações como a no caso do “consumidor crédulo que, o mais humilde, que se deixa levar pela conversa enganosa de um vendedor que afirma ser o melhor presente a joia mais cara daquele estabelecimento.” (BOLZAN, 2014, p. 206).

A última espécie refere-se à “importância das informações a respeito dos bens de consumo e sobre a influência cada vez maior no poder de persuadir o consumidor no momento de escolher o que comprar ou contratar.” (BOLZAN, 2014, p. 206).

### 3.3 A HIPÓTESE DE VEDAÇÃO ELENCADE PELO ARTIGO 88 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI 8.078/90).

O artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor traz a seguinte vedação: “Art. 88. Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide.” (BRASIL, 2015 – D).

Cita Gonçalves (OLIVEIRA, 2009) “para evitar prejuízo ao consumidor com a demora que denunciação da lide, como exercício do direito, acarreta, o art. 88 veda expressamente o seu uso.”

Fez “bem o legislador ao estabelecer tal vedação, visto que traria ao processo a discussão da culpa na demanda paralela, o que acabaria por burlar a essência da norma [...] que é também abreviar delongas processuais.” (JÚNIOR V.; MATOS, 2009).

Considerando o “*caput*” do art. 13 que “impõe a aplicação do art. 12 também para o comerciante, podemos concluir que, nestes casos, a sua responsabilidade solidária é a mesma do fabricante, oriunda da uma imputação objetiva.” (BENJAMIN; MARQUES; MIRAGEM, 2009, p. 469).

A norma descrita art. 88 do CDC estabelece uma vedação que contempla o disposto nos artigos 12 e 13 do mesmo dispositivo:

É clara ao vedar a denunciação da lide, nas hipóteses do art. 13 do mesmo código. Assim, o fornecedor demandado por um fato do produto não poderia denunciar a lide ao fabricante, construtor, produtor ou qualquer outro agente que componha a cadeia da relação de consumo. (OLIVEIRA, 2009, p.711).

O legislador, “ao proibir tal instituto, quis evitar que a intervenção de outros interessados no processo pudessem torná-lo mais moroso, retardando a tutela jurídica dos consumidores.” (GARCIA L., 2011, p. 495).

Objetivando “facilitar o trâmite processual e com olhos na economia processual, permitiu o legislador que prosseguisse o detentor do direito de regresso nos mesmos autos com a pretensão sem a necessidade de nova produção de provas [...]” (VIDAL JÚNIOR, MATOS, 2009, p. 337).

O artigo 13, parágrafo único do CDC, “trata da ação de regresso daquele que pagou a indenização ao consumidor em decorrência da responsabilidade pelo

fato do produto contra os demais corresponsáveis, de acordo com suas participações na causação do evento danoso.” (GARCIA, 2011, p. 495).

Na prática:

A regra da denunciação da lide é aquela do art. 70 do Código de Processo Civil.

[...] São duas as razões para que a lei consumerista impeça a denunciação: a) para evitar o retardamento do feito; b) porque a responsabilidade do comerciante para com o consumidor é objetiva, enquanto a do comerciante para com os demais corresponsáveis é subjetiva. Isso traria um acréscimo e maior atraso do processamento, pois na lide secundária que se instalaria entre o comerciante-denunciante e o outro fornecedor-denunciado estar-se-ia discutindo culpa ou dolo. (NUNES, 2011, p. 877-878).

Parte da doutrina entende que na hipótese do artigo 70 inciso III, não se pode trazer fato novo estranho à demanda processual, optando assim o legislador por vedar expressamente a denunciação da lide, conforme texto do artigo 88 do CDC. (VIDAL JÚNIOR; MATOS, 2009, p. 338).

Dessa forma:

Proibiu o legislador que o comerciante procedesse à litisdenunciação – forma de intervenção de terceiros prevista no art. 70 do Código de Processo Civil. A vedação se deve ao fatal prolongamento da demanda que ocorreria em função da intervenção; que traria, inclusive, discussão acerca da culpa dos causadores do evento danoso, afastando, dessa forma, o benefício da rapidez comum às ações calcadas na responsabilidade objetiva. (JÚNIOR V. e MATOS, 2009, p. 337).

A finalidade do instituto é a economia processual, “a denunciação da lide constitui verdadeira propositura de uma ação de regresso antecipada, para a eventualidade da sucumbência do denunciante.” (DONIZETTI, 2014, p. 204).

Visa a denunciação da lide “enxertar no processo uma nova lide, que vai envolver o denunciante e o denunciado em torno do direito de garantia ou de regresso que um pretende exercer contra o outro.” (DONIZETTI, 2014, p. 204).

Importante ressaltar que:

Importa ser colocado que, a partir do que vem disposto nos arts. 13 e 88 do CDC, só poderá haver ação de regresso, sendo, pois, facultada a possibilidade de se prosseguir nos mesmos autos se e depois de ter havido o pagamento do devido ao consumidor. “Esse pagamento é, portanto, representativo de uma condição de procedibilidade, ou, em outra linguagem, de uma condição da ação específica, para o direito de regresso, nos termos dos artigos 13 e 88, ambos deste código”. 65 Assim, entendemos que nem seria necessário se falar em vedação a denunciação a lide, pois a

possibilidade desta desapareceu quando, no artigo 13, exigiu-se o pagamento do devido ao consumidor, como condição específica para o direito de regresso. Talvez, justificado pelo afã da preocupação do legislador em explicitar a impossibilidade de uso deste instituto, é que tenha colocado, de forma até redundante, no art. 88, a vedação do instituto da denunciação da lide, uma vez que esta conclusão já poderia ser inferida pela interpretação do artigo 13 do aludido diploma legal. (RODRIGUES, 1995, p. 43-78).

Assim, percebemos que a vontade do legislador ao estabelecer essa situação de vedação, baseia-se nos princípios básicos do consumidor de ter efetivado seus direitos de maneira célere, uma vez que ao vedar tal instituto impede o fornecedor de denunciar lides sucessivas ao processo, com intuito apenas de eximir-se de responsabilidade pelo dano ocasionado. (GARCIA L, 2011).

## **4. METODOLOGIAS DE APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO ÂMBITO CONSUMERISTA**

### **4.1. METODOLOGIAS DE INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA.**

#### **4.1.1 Hermenêutica: Interpretação e Aplicação da Norma Jurídica**

Interpretar a norma jurídica, “significa revelar o seu verdadeiro sentido, descobrindo os vários elementos que entram em sua compreensão, e alcance, reconhecendo os casos a que se entende sua aplicação.” (GARCIA G., 2015, p. 108).

Assim, “duas teorias de interpretação jurídica se enfrentam, numa grande polêmica relativa ao critério metodológico que o intérprete ou aplicador deve seguir para desvendar o sentido da norma: seria vontade do legislador ou a da lei [...]” (DINIZ, 2014, p. 453).

A teoria objetiva de interpretação do ordenamento segue a vontade a lei:

[...] preconiza que, na interpretação, deve-se ater à vontade da lei, à mens legis, que, enquanto sentido objetivo, independe do querer subjetivo do legislador, porque após o ato legislativo a lei desliga-se do seu elaborador, adquirindo existência objetiva. A norma seria uma ‘vontade’ transformada em palavras, uma força objetivada independente do seu autor, por isso, deve-se procurar o sentido imanente no texto e não o que seu prolator teve mira. Uma vez nascida a lei, ingressa na ordem jurídica nela articulando-se ou harmonizando-se. A norma já elaborada se adapta, se desenvolve, se amplia e se restringe por sua própria força. (DINIZ, 2014, p. 453).

Na interpretação subjetiva se verifica uma interpretação histórica do perfil psicológico do legislador, de modo a identificar a vontade expressada no texto da legislação:

[...] entende que a meta da interpretação é estudar a vontade histórico-psicológica do legislador expressa na norma, porque: 1) o recurso à técnica histórica de interpretação, aos documentos e às discussões preliminares, que tiveram importante papel na elaboração da norma, é incontornável, logo se não pode ignorar a vontade do legislador originário; 2) os fatos objetivos, que porventura determinam a vontade da lei, por sua vez, também estão sujeitos à interpretação, logo os que propugnam a busca da mens legis criaram um subjetivismo curioso que coloca a vontade do intérprete acima da vontade do legislador, de modo que aquele seria mais sábio do que o legislador e a norma jurídica; 3) a segurança e a certeza da captação do

sentido da norma ficariam à mercê da opinião do intérprete, se se pretendesse obter a vontade da lei. (DINIZ, 2014, p. 453).

Para auxiliar na interpretação da norma jurídica o aplicador usa várias técnicas e processos, como o gramatical ou literal, lógico, sistemático, histórico e sociológico ou teleológico. (DINIZ, 2014).

Pela técnica gramatical ou literal (semântica ou filológica):

[...] o hermeneuta busca o sentido literal do texto normativo, tendo por primeira tarefa estabelecer uma definição, ante a indeterminação semântica dos vacúbulos normativos, que são, em regra, vagos ou ambíguos, quase nunca apresentando um sentido unívoco. Assim, ao interpretar uma norma, inicialmente se atém à consistência onomasiológica – onomasiológica é a teoria da designação nominal. (DINIZ, 2014, p. 457).

Na interpretação lógica, “por ser estrutura linguística que pressupõe vontade e raciocínio, o texto legislativo exige os subsídios da lógica para a sua interpretação.” (NADER, 2013, p. 276).

No emprego do processo lógico, “o que se pretende é desvendar o sentido e o alcance da norma, estudando-a por meio de raciocínios lógicos, analisando os periódicos da Le combinando-os entre si (...).” (DINIZ, 2014, p. 458).

O processo sistemático, “é o que considera o sistema em que se insere a norma, relacionando-a com outras normas concernentes ao mesmo objeto.” (DINIZ, 2014, p. 459).

Na técnica interpretativa histórica, “baseia-se na averiguação dos antecedentes da norma. Refere-se ao histórico do processo legislativo, desde o projeto de lei, sua justificativa ou exposição de motivos [...].” (DINIZ, 2014, p. 460).

O elemento histórico:

Como força viva que acompanha as mudanças sociais, o Direito se renova, ora aperfeiçoando os institutos vigentes, ora criando outros, par atender o desafio dos novos tempos. Em qualquer situação, o Direito se vincula à história e o jurista que almeja um conhecimento profundo da ordem jurídica, forçosamente devera pesquisar as raízes históricas do Direito Positivo. A Escola Histórica do Direito, concebendo o fenômeno jurídico como um produto da historia, enfatizou a importância do elemento histórico para o processo de interpretação. (NADER, 2013, p. 279).

Por fim, “na moderna hermenêutica o elemento teleológico assume papel de primeira grandeza. Tudo o que o homem faz e elabora é em função de um fim a



ser atingido. A lei é obra humana e assim contém uma ideia de fim a ser alcançado.” (NABER, 2013, p. 279).

As normas de direito material, “disciplinam as relações jurídicas entre as pessoas, estabelecendo seus direitos e obrigações. Já as normas de direito formal regulam as relações jurídicas no âmbito do processo, instituindo regras [...]”. (CORREIA, 2009, p. 25).

Quanto aos meios ou técnicas interpretativas:

- interpretação gramatical ou literal (semântica ou filológica): feita de acordo com as regras gramaticais e da linguística, examinando-se a literalidade do texto, observando a pontuação e o significado dos vocábulos (semântica);
- interpretação lógica: examina-se a norma jurídica em conformidade com as regras da lógica, da razão e do bom senso;
- interpretação sistemática: interpreta-se a norma jurídica em harmonia com o conjunto normativo em que está inserida, confrontando-se com outras normas presentes no ordenamento jurídico;
- interpretação histórica: interpreta-se a norma jurídica levando em conta os fatos que antecederam o seu surgimento, as necessidades jurídicas e circunstâncias que provocaram a sua aprovação.

[...]

Interpretação teleológica ou sociológica: analisa-se a finalidade da norma jurídica, ou seja, o fim que pretende alcançar. (GARCIA G., 2015, p. 109).

Quanto aos resultados ou efeitos:

- interpretação declarativa: quando a redação da norma jurídica corresponde exatamente ao seu alcance;
- interpretação extensiva: quando a redação da norma jurídica diz menos do que o seu verdadeiro alcance;
- interpretação restritiva: quando a redação da norma jurídica diz mais do que o seu verdadeiro alcance. (GARCIA G., 2015, p. 109-110).

Como vimos, à norma jurídica aplicam-se diversas metodologias de interpretação, objetivando a melhor compreensão e aplicação do dispositivo legal.

#### **4.1.2 Procedimentos de Integração: Analogia Legal**

A integração “é um processo de preenchimento de lacunas, existentes na lei, por elementos que a própria legislação oferece ou por princípios jurídicos, mediante operação lógica e juízos de valor.” (NADER, 2013, p. 191).

Uma vez admitida a questão da existência das lacunas jurídicas:

[...] surge a da sua identificação, isto é, da sua constatação. Esta problemática abrange duas facetas: 1ª) a concernente ao ordenamento jurídico, que se caracteriza pelo fato de se saber em que limite a norma é omissa, ou seja, até que ponto não é aplicável sem um complemento, até onde, em caso de lacuna, pode-se interpretar a lei e até que ponto integrá-la [...]. (DINIZ, 2014, p. 479).

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LND) prevê em seu artigo 4º: “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.” (BRASIL, 2015 – E).

Por analogia entende-se o raciocínio lógico comparativo de ordenamentos similares, aplicando os mesmos preceitos e garantias a norma omissa. (GARCIA G., 2015).

A lacuna, “se caracteriza não só quando a lei é completamente omissa em relação ao caso, mas igualmente quando o legislador deixa o assunto a critério do julgador.” (NADER, 2013, p. 191).

Por sua vez:

A analogia não se confunde com a interpretação extensiva, pois nesta não se trata de aplicação de lei para reger hipótese não regulada e não abrangida pela previsão da norma em questão. Na interpretação extensiva, o que ocorre é a interpretação da mesma norma jurídica para hipótese que, na realidade, está nela inserida, embora a sua redação, por se imperfeita, parecesse indicar de forma diversa. (GARCIA G., 2015, p. 68).

Para integrar a lacuna, “o juiz recorre, preliminarmente, à analogia, que consiste em aplicar, a um caso não contemplado de modo direto ou específico por uma norma jurídica, uma norma prevista para uma hipótese distinta, mas semelhante.” (DINIZ, 2014, p. 480).

No caso do direito processual:

Para a interpretação das normas processuais é indispensável a aplicação dos métodos comuns, não se esquecendo, no entanto, do disposto no art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, segundo o qual a aplicação da lei – momento posterior à interpretação – deve atender os fins sociais aos quais ela se dirige e às exigências do bem comum. (CORREIA, 2009, p. 29-30).

Como se vê, “a integração, também no caso do direito processual, dá-se pela analogia, pelos costumes e pelos princípios gerais do direito. Ausente norma processual, o juiz deverá utilizar-se de uma dessas três técnicas para suprir a lacuna.” (CORREIA, 2009, p. 30).

Parte da doutrina concebe dois métodos para integração:

Heterointegração e autointegração. Consiste o primeiro em recorrer a ordenamentos diversos ou a fontes de direito diferentes da dominante naquele ordenamento. No segundo método, a integração se dá dentro do mesmo ordenamento e da mesma fonte dominante, com um mínimo de recorrência a outras fontes. A partir desse sistema, Bobbio enquadra o costume como espécie de heterointegração e a analogia e os princípios gerais do Direito como espécies de autointegração. (PINHO, 2012, p. 136).

Em poucas palavras, “a analogia consiste em aplicar a hipótese não prevista especialmente em lei disposição relativa a caso semelhante.” (GARCIA G., 2015, p. 104).

Segundo ensinamento da doutrina o intérprete utiliza da analogia para suprimir norma carente de regulamentação com a de dispositivo de natureza semelhante:

O juiz irá aplicar à hipótese apresentada, que não vem regulamentada pelo ordenamento escrito, desfecho semelhante ao dado a caso parecido com o apresentado e que tem solução na ordem jurídica escrita. Como bem se expressa Carlos Maximiliano, ‘a analogia consiste em aplicar a uma hipótese não prevista em lei a disposição relativa ao caso semelhante.’ Os usos e costumes são práticas reiteradas de conduta, aceitas consensualmente pela comunidade. No caso da ausência de norma processual, inexistente caso análogo, o intérprete deverá recorrer a eles. (CORREA, 2009, p. 30).

Para esta aplicação, alguns requisitos se fazem necessário, de modo que a aplicação por analogia seja legítima e atenda aos princípios e ideologias estabelecidas pelo ordenamento, caracterizando a natureza semelhante dos dispositivos e a consequente aplicação análoga das normas estabelecidas:

- o fato em questão, a ser decidido, não é regulado de forma específica e expressa pela lei;
- a lei regula hipótese análoga, similar;
- semelhança essencial entre a situação não prevista e aquela prevista na lei, ou seja, deve existir entre os dois casos semelhança relevante, tendo em comum a mesma razão jurídica.

[...] A analogia se justifica, tendo em vista a regra lógica de que fatos semelhantes exigem regras semelhantes (*ubi eadem ratio legis ibi eadem dispositio*). (GARCIA G., 2015, p. 104).

É a analogia um dispositivo de interpretação e aplicação lógica de normas e garantias a dispositivos com natureza e essência processual semelhante:

Um procedimento quase lógico, que envolve duas fases: ‘a autoconstatação (empírica), por comparação, de que há uma semelhança entre fatos-tipos diferentes e um juízo de valor que mostra a relevância das semelhanças sobre as diferenças, tendo em vista uma decisão jurídica procurada’. A nosso ver, a analogia é um argumento lógico-decisional, pois sua aplicação leva à decisão do magistrado, sem contudo haver inferências lógico-silogísticas, implicando uma seleção, um juízo avaliativo por parte do órgão judicante, dos elementos relevantes. (DINIZ, 2014, p. 481).

Modernamente, “encontra-se na analogia uma averiguação valorativa. Ela seria um procedimento argumentativo, sob o prisma da lógica retórica, que teria por escopo ‘transferir valores de uma estrutura para outra.’” (DINIZ, 2014, p. 481).

Como fonte recorrente do direito para solucionar relações não previstas diretamente na norma jurídica, a analogia é um mecanismo interpretativo atual e necessário para melhor aplicação, interpretação e legitimação das regras legais vigentes. Apresentadas as metodologias, passa-se a análise concreta dessas.

Realizada análise na norma jurídica, suas metodologias de aplicação e interpretação, veremos no tópico seguinte a teoria posta em prática, apresentando o posicionamento das Turmas do Tribunal Superior.

## 4.2 DA APLICAÇÃO LITERAL DA NORMA DE VEDAÇÃO DO ARTIGO 88 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI 8.078/90)

### 4.2.1 Artigos 12 e 13 do Código de Defesa do Consumidor

Na concepção literal da vedação, o dispositivo aplica-se apenas para as situações de fatos decorrentes do fornecimento de produtos.

Os defeitos “ocasionam acidentes de consumo e com isso geram danos aos consumidores. Os vícios repercutem simplesmente no funcionamento ou na quantidade do produto ou serviço.” (OLIVEIRA, 2009, p. 148).

O código disciplina em sua Seção II a responsabilidade por vícios de segurança [...], em que a utilização do produto ou serviço é capaz de gerar riscos à segurança do consumidor ou de terceiros, podendo ocasionar um evento danoso. (GARCIA L., 2011, p. 125).

Fato do produto ou fato do serviço “quer significar dano causado por um produto ou por um serviço, ou seja, dano provocado (fato) por um produto ou um serviço.” (BENJAMIN; BESSA, MARQUES, 2013, p. 153).

O legislador deu “um tratamento unitário ao assunto, não cabendo ao interprete, quando da análise do novo modelo, qualquer tentativa de utiliza-lo como se fora uma mera reforma das categorias dicotômicas.” (BENJAMIN; BESSA, MARQUES, 2013, p. 153).

A possibilidade afastou a “exigência de um vínculo jurídico antecedente, um vínculo contratual entre as partes para que a vítima pudesse demandar contra o fabricante em razão de defeitos de fabricação.” (MIRAGEM, 2014, p. 524).

Basta a condição de vítima “para que o consumidor tenha reconhecida sua legitimidade pra demandar contra o causador do dano. Ou seja, houve a superação da exigência de uma relação jurídica previamente constituída.” (MIRAGEM, 2014, p. 524).

O ponto de partida “do direito ao ressarcimento dos danos sofridos pelo consumidor e do dever de indenizar do agente responsável pelo produto ou pelo serviço é o fato do produto ou do serviço causador do acidente de consumo.” (NUNES, 2011, p. 245).

Pois bem, “quando o CDC estabelece o dever de indenizar, quer que tal indenização seja ampla na medida de suas consequências. Os danos indenizáveis são, assim, como dito, os de ordem material e os de natureza moral.” (NUNES, 2011, p. 246).

No dispositivo nasce os casos de responsabilidade aplicados a cadeia de fornecedores, impondo sua obrigação de indenizar, na medida do dano causado:

Há casos em que a obrigação de indenizar decorre do próprio ordenamento. É o que, exemplificativamente, percebemos da responsabilidade do Estado e prestadores de serviços públicos por danos causados por seus agentes contra terceiros (art. 37 da CF); responsabilidade do fornecedor por danos causados ao consumidor, em decorrência de fatos do produto ou serviço (arts. 12/14 do CDC), além de diversos diplomas localizados na legislação esparsa. (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 126).

Assim, “a nova lei de defesa do consumidor teria a incumbência, dentre outras, de definir um modelo de responsabilização do fornecedor de forma eficiente e compatível com a vulnerabilidade de umas das partes da relação.” (BOLZAN, 2014, p. 297).

Dessa forma, estabelece o artigo 12 do CDC (BRASIL, 2015 – D):

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

§ 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - sua apresentação;

II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi colocado em circulação.

§ 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

§ 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:

I - que não colocou o produto no mercado;

II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;

III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Surge “a responsabilidade objetiva, aquela que independe da comprovação de dolo ou de culpa, como a modalidade perfeita e adequada para integrar um Código cuja principiologia está totalmente voltada para a proteção do mais fraco.” (BOLZAN, 2014, p. 297).

Nas hipóteses previstas no art. 13 do CDC:

[...] inclui dentre os responsáveis em decorrência dos acidente de consumo o comerciante nas hipóteses do fabricante, do construtor, do produtor ou do importador não puderem ser identificados; quando o produto for fornecido sem identificação clara do fabricante, do produtor, do construtor ou do importador; ou ainda quando ele próprio não conservar adequadamente os produtos perecíveis. O parágrafo único, por sua vez, refere à possibilidade da ação regressiva do comerciante contra quem tenha dado causa do dano. Esta hipótese, que ordinariamente ensejaria a denúncia da lide, no regime adotado pelo CDC faz nascer outra ação, de natureza autônoma, a qual pode tramitar junto com a ação de indenização do consumidor, mas com ela não se confunde. (BENJAMIN, MIRAGEM e MARQUES, 2006, p. 1040).

Assim, percebe-se que o artigo 13 do CDC equiparou o comerciante ao fabricante, construtor, produtor e importador (art. 12 CDC), aplicando-lhe as mesmas regras normativas.

A hipótese prevista no art. 13 do CDC:

Inclui dentre os responsáveis em decorrência dos acidentes de consumo o comerciante nas hipóteses do fabricante, do construtor, do produtor ou do

importador não puderem ser identificados; quando o produto for fornecido sem identificação clara do fabricante, do produtor, do construtor ou do importador; ou ainda quando ele próprio não conservar adequadamente os produtos perecíveis. O parágrafo único, por sua vez, refere à possibilidade de ação regressiva do comerciante contra quem tenha dado causa ao dano. Esta hipótese, que ordinariamente ensejaria a denunciação da lide, no regime adotado pelo CDC faz nascer outra ação, de natureza autônoma, a qual pode tramitar junto com ação de indenização do consumidor, mas que com ela não se confunde. (BENJAMIM, MARQUES e MIRAGEM, 2013, p. 1643).

A norma estabelece que:

Em resumo, cuida da responsabilidade objetiva dos empresários-comerciantes pelos danos causados aos consumidores nas hipóteses de acidente de consumo. Há nisso algum traço de subsidiariedade, porquanto a responsabilização ocorrerá se e quando estiverem presentes as situações previstas nos incisos do art. 13 [...]. Entretanto, o fato é que o sistema de proteção dos consumidores expressa solidariedade passiva (art. 7º, parágrafo único, do CDC) entre todos aqueles que causam danos. O art. 88 do CDC é um dos suportes dessa responsabilização vedando ao fornecedor demandado a denunciação a outrem contra quem poderia exercer seu direito de regresso. (MACHADO e FRONTINI, 2013, p. 258-259).

#### **4.2.2 Impossibilidade de Extensão da Norma de Vedação aos Fatos Decorrentes de Prestação de Serviços**

A 3ª Turma do STJ “definiu que a restrição do art. 88 alcança apenas as ações em que se pleiteia indenização por fato do produto [...]. A vedação da denunciação da lide não abrange, portanto, as ações de reparação por fato do serviço.” (GARCIA, 2011, p. 495).

Considerando que “ao aplicador da lei não é permitido presumir o que não foi dito pelo legislador.” (PINHO, 2012, p. 248).

O STJ se manifestou no Recurso Especial 464.466/MT:

Ação de indenização por dano moral. Pagamento indevido de cheque. Art. 88 do Código de Defesa do Consumidor. Denunciação da lide.

1. Havendo relação de consumo, é vedada a denunciação da lide com relação às hipóteses do art. 13 do Código de Defesa do Consumidor, determinando o art. 88 que a ação de regresso “poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide”. **Ora, o artigo 13 do Código de Defesa do Consumidor cuida da responsabilidade do comerciante, o que não é o caso, do fornecedor de serviços, alcançado pelo art. 14 do mesmo Código. Daí que, em tal circunstância, não há falar em vedação à denunciação da lide com tal fundamento.**

2. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 464.466/MT, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2003, DJ 01/09/2003, p. 280). (Grifei).

Percebe-se assim que:

De acordo com a Ministra e a 3ª Turma do STJ, para as hipóteses de prestação defeituosa de serviços (art. 14) não há disposição equivalente à do art. 13 do CDC (por este artigo, sempre que não houver identificação do responsável pelos defeitos nos produtos adquiridos, ou que sua identificação for difícil, autoriza-se que o consumidor simplesmente litigue contra o comerciante, que perante ele fica diretamente responsável). Como os serviços são naturalmente prestados de maneira direta pela pessoa física ou jurídica contratada pelo consumidor – ou, quando muito, por intermédio de empregados ou de prepostos – não há necessidade de se facilitar a propositura da ação pelo consumidor. O prestador de serviços será perfeitamente identificável. Nesse sentido, a vedação de denunciação da lide em demanda envolvendo relação de consumo existe exclusivamente para as hipóteses em que o comerciante foi demandado em lugar do fabricante do produto. Jamais nas ações em que se discute prestação de serviços. (OLIVEIRA, 2009, p. 149).

A “jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem admitindo a denunciação da lide quando o caso estiver relacionado com o fato do serviço, sendo vedada apenas para o fato do produto.” (BOLZAN, 2014, p. 315).

O STJ se manifestou em um Recurso Especial, onde o Hospital responsabilizado pelos danos provenientes do fato ocorrido pela prestação de serviço de um dos médicos:

CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. MÉDICO PARTICULAR. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. HOSPITAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.

**1. Os hospitais não respondem objetivamente pela prestação de serviços defeituosos realizados por profissionais que nele atuam sem vínculo de emprego ou subordinação. Precedentes.**

2. Embora o art. 14, § 4º, do CDC afaste a responsabilidade objetiva dos médicos, não se exclui, uma vez comprovada a culpa desse profissional e configurada uma cadeia de fornecimento do serviço, a solidariedade do hospital imposta pelo caput do art. 14 do CDC.

3. A cadeia de fornecimento de serviços se caracteriza por reunir inúmeros contratos numa relação de interdependência, como na hipótese dos autos, em que concorreram, para a realização adequada do serviço, o hospital, fornecendo centro cirúrgico, equipe técnica, medicamentos, hotelaria; e o médico, realizando o procedimento técnico principal, ambos auferindo lucros com o procedimento.

4. Há o dever de o hospital responder qualitativamente pelos profissionais que escolhe para atuar nas instalações por ele oferecidas.

5. O reconhecimento da responsabilidade solidária do hospital não transforma a obrigação de meio do médico, em obrigação de resultado, pois a responsabilidade do hospital somente se configura quando comprovada a



culpa do médico, conforme a teoria de responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais abrigada pelo Código de Defesa do Consumidor.

**6. Admite-se a denunciação da lide na hipótese de defeito na prestação de serviço. Precedentes.**

7. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1216424/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 19/08/2011). (grifei).

O entendimento atual do STJ é “no sentido de que a denunciação da lide é admitida nos casos de ocorrência de defeito no serviço (art. 14 do CDC), desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 70 do CPC, referindo-se a vedação expressa.” (DONIZETTI, 2014, p. 210).

Visto e exposto, conclui-se que o Tribunal Superior aplicou a norma jurídica em sua forma literal, com entendimento expresso de que a vontade do legislador se manifestava no artigo, sem necessidade de uma interpretação extensiva do dispositivo, de forma que se a vontade desse fosse a aplicação também as demais relações jurídicas a teria descrito no dispositivo de vedação.

#### 4.3 APLICAÇÃO DA VEDAÇÃO DO ARTIGO 88 DO CDC AOS FATOS ORIGINADOS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS (ART. 14 CDC)

##### 4.3.1 Artigo 14 do CDC – Prestação de Serviços

A redação do artigo 14 é semelhante à do artigo 12, “a diferença inicial é a designação do agente responsável. A norma fala em ‘fornecedor de serviço’. Deveria de maneira mais adequada e coerente [...] ter dito ‘prestador de serviço’.” (NUNES, 2011, p. 271).

Serviço “é qualquer atividade fornecida ou, melhor dizendo, prestada no mercado de consumo.” (NUNES, 2013, p. 144).

A responsabilidade pelo fato do serviço “está prevista no art. 14 do CDC nos seguintes termos: ‘O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos [...]’.” (BOLZAN, 2014, p. 324).

Para a averiguação da responsabilidade “em razão da prestação de serviços defeituosos é preciso demonstrar o dano ocorrido (acidente de consumo) e a relação de causalidade entre o dano e o serviço prestado (nexo causal).” (GARCIA L., 2011, p. 153).

Do mesmo modo que no art. 12, “a responsabilidade é objetiva baseada na teoria do risco da atividade, e não no risco integral, uma vez que também contempla hipóteses de exclusão da responsabilidade.” (GARCIA L., 2011p. 153).

O artigo 14:

Não consagra apenas a responsabilidade objetiva do fornecedor pelos danos causados aos consumidores por ‘defeitos relativos à prestação dos serviços’. Estabelece igual responsabilidade para os danos oriundos de informações insuficientes ou inadequadas sobre fruição e riscos. (OLIVEIRA, 2009, p. 198).

Isso significa “que o serviço, ainda que isento de defeito, caso venha a causar algum prejuízo ao consumidor devido à precariedade da informação prestada, enseja a responsabilização civil do fornecedor em caráter objetivo”. (OLIVEIRA, 2009, p. 198).

Pois bem, diante exposto, prevê a norma (art. 14 CDC):

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa. (BRASIL, 2015 –D).

O CDC “utiliza-se mal do sujeito da oração. Emprega ‘fornecedor’ de serviços, quando deveria empregar ‘prestador’ de serviços. Apesar do erro no uso do conceito, o resultado prático da interpretação é o mesmo.” (NUNES, 2011, p. 275)

No caso de serviços, “é sempre o prestador responsável, quer em caso de defeito (art. 14), quer em caso de vício (art. 20).” (NUNES, 2011, p. 275).

O constante “no caput do art. 14 devem ser acrescentados os defeitos decorrentes da oferta e da publicidade relativa ao serviço (cf. arts. 30, 31, 36 e 37).” (NUNES, 2011, p. 275).

No parágrafo 4º do artigo 14 do CDC, o dispositivo foge a regra da responsabilidade objetiva e confere, na situação de prestação de serviço por profissional independente, a responsabilização mediante a existência de culpa. (BOLZAN, 2014).

Trata-se da “responsabilidade pessoal do profissional liberal que deverá ser configurada mediante a comprovação de dolo ou culpa (responsabilidade subjetiva).” (BOLZAN, 2014, p. 331).

Dessa forma, “a lei Protecionista é clara no sentido de que apenas a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais continua fundada na ideia de culpa.” (OLIVEIRA, 2009, p. 236).

Profissionais liberais:

A responsabilidade dos profissionais liberais por fato do serviço também se encontra regulada pelo CDC. Neste sentido, como é intuitivo, tratam-se os serviços prestados por estes profissionais, quando oferecidos no mercado de consumo (artigo 3º, §2º), de objetos de relações de consumo, sob a égide das normas do CDC. Entretanto, no que diz respeito ao regime da responsabilidade dos profissionais liberais, optou o legislador por aparta-la da regra geral da responsabilidade objetiva prevista para os fornecedores no CDC, estabelecendo na hipótese destes profissionais a responsabilidade subjetiva. (MIRAGEM, 2014, p. 577).

Afigura-se razoável “manter-se a exigência da verificação da culpa como requisito de responsabilização destes profissionais, em vista da natureza e do modo de prestação do serviço, cujo êxito está diretamente vinculado ao desempenho pessoal.” (MIRAGEM, 2014, p. 578).

Nesse caso “a responsabilidade será apurada mediante verificação de culpa, ou seja, constando imperícia, imprudência ou negligência.” (GARCIA L., 2011, p. 153).

#### **4.3.2 Possibilidade de Extensão da Vedação aos Fatos Decorrentes da Prestação de Serviços**

Apesar de “o Código de Defesa do Consumidor admitir o direito de regresso, um de seus principais instrumentos de realização foi vedado, qual seja: a denúncia da lide.” (BOLZAN, 2014, p. 314).

Na visão da doutrina:

A vedação da denunciação, ainda que remissiva ao art. 13, que trata da responsabilidade pelo fato do produto, estender-se-ia também à responsabilidade pelo fato do serviço, tendo em vista que **os fundamentos da vedação estariam plenamente em consonância com este modelo de responsabilidade**. (BOLZAN, 2014, p. 315). (grifei).

O legislador, “ao proibir tal instituto, quis evitar que a intervenção de outros interessados no processo pudessem torná-lo mais moroso, retardando a tutela jurídica dos consumidores.” (GARCIA, 2011, p. 495).

Os fundamentos dessa vedação são basicamente dois:

Evitar o retardamento da reparação de danos do consumidor, na medida em que, e fosse permitida a denunciação, nova pessoa seria trazida ao processo, mediante nova citação, com abertura de novo prazo para apresentar defesa, além de apresentação de novo rol de testemunhas. Fundamento jurídico inédito trazido à demanda consubstanciado na discussão sobre a responsabilidade subjetiva entre fornecedores numa ação proposta pelo consumidor e pautada na responsabilidade objetiva. (BOLZAN, 2014, p. 315).

A “4ª Turma “continua entendendo que a denunciação da lide envolvendo qualquer relação de consumo é vedada, pois intervenção de terceiros somente causaria retardo à ação principal, não interessando tais discussões paralelas.” (GARCIA, 2011, p. 495).

Fazendo um comparativo dos dispositivos:

O parágrafo único do artigo 13 do CDC, embora agregado ao caput que versa sobre a responsabilidade solidária do comerciante pelos danos causados aos consumidores pelo fato do produto e do serviço, tem uma dimensão normativa maior, aplicando-se a toda e qualquer hipótese em que um dos responsáveis solidários paga a indenização e angaria o direito de regresso contra os demais. O direito de regresso contemplado no preceito legal em pauta não é conferido apenas ao comerciante, mas a qualquer dos responsáveis solidários que efetua o pagamento ao prejudicado, podendo ser exercitado em processo autônomo ou nos mesmos autos da ação movida exitosamente pelo consumidor. Nessa perspectiva, o veto à denunciação da lide contido no art. 88 também se aplica a qualquer ação indenizatória, não se restringindo àquela proposta contra o comerciante ou em que este implementa a indenização. (OLIVEIRA, 2009, p. 710).

A impossibilidade de denunciação da lide, “nos termos do art. 88 do CDC, que, embora se refira unicamente à hipótese relativa a fato do produto (art. 13), deve

ser aplicado analogicamente para todos os casos de responsabilidade solidária.” (BOLZAN, 2014, p. 315).

A atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma) tem de manifestado de forma a conceder a extensão da vedação à todos as lides que envolvam relações de consumo:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CARÁTER INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DENÚNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 88 DO CDC. EXERCÍCIO DO DIREITO DE REGRESSO EM AÇÃO PRÓPRIA. TRIBUNAL ESTADUAL ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83.

AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

**1. "A vedação à denúncia da lide prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC)"** (REsp 1.165.279/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 28/5/2012).

**2. A denúncia da lide nas ações que versem sobre relação de consumo vai de encontro aos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, principalmente quando inexistir prejuízo para a parte,** que poderá exercer seu direito de regresso em ação autônoma.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no Ag 1249523/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 20/06/2014). (grifei).

No artigo científico produzido por NELSON NERY:

**O sistema do Código não permite a utilização dos institutos de intervenção de terceiros, notadamente da denúncia da lide e do chamamento ao processo, nas ações indenizatórias fundadas na responsabilidade objetiva (arts. 12, 14, 18, 19 e 20).** O Código quer que o consumidor veja reconhecido seu direito de indenização prontamente, sem que haja discussão sobre culpa do fornecedor. **Não seria justo que o fornecedor ajuizasse ação de denúncia da lide para discutir culpa de outrem que deva indenizar-lhe em regresso, retardando o procedimento indevidamente, por introdução de fundamento novo na demanda.** A denúncia da lide está expressamente vedada (art. 88), facultando-se ao fornecedor prosseguir contra o terceiro nos mesmos autos. (1992, p. 200-221). (grifei).

Segundo a Jurisprudê:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO A CONSUMIDOR. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 88 DO CDC. IMPOSSIBILIDADE. **1. A vedação à denúncia da lide**

prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC). 2. Revisão da jurisprudência desta Corte. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (REsp 1165279/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe 28/05/2012)

**Ainda que assim não fosse, "a denúncia à lide tem como escopo precípua imprimir celeridade e economia ao andamento do feito, objetivo que, a rigor, estaria drasticamente comprometido na espécie caso fosse acolhido o pedido de anulação do processo desde o despacho indeferitório, subvertendo a razão de ser do instituto, o que se revela inadmissível especialmente diante da ausência de prejuízo ao recorrente, que poderá exercer seu direito em ação própria."** (REsp 875.575/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2011, DJe 17/02/2012) (REsp 1174244/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJ 29/10/2013). (grifei).

Mais uma vez o posicionamento atual da 3ª e 4ª turmas do Tribunal Superior é firme em sustentar que o deferimento da denúncia da lide em autos que versam sobre direito do consumidor é totalmente contra os princípios e garantias elencados pela norma de defesa do consumidor, bem como pelos princípios inerentes à denúncia, que prezam pela celeridade e economia processual. A denúncia de mais responsáveis à lide não acrescentam em nada para efetivação dos direitos do consumidor, apenas trazem fatos e provas que não interessam a demanda de reparação:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TURISMO. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. VEDAÇÃO DO ART. 88 DO CDC. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO INTERPOSTO PELA ALÍNEA "A". SÚMULA N. 83/STJ. APLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

83/STJ. APLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

**1. "A vedação à denúncia da lide prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC)"** (REsp n. 1.165.279/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe de 28/5/2012).

2. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é aplicável a Súmula n. 83/STJ quando o acórdão recorrido estiver em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, ainda que o recurso especial tenha sido interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 694.980/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 29/09/2015)

A própria doutrina processualista tem se manifestado de maneira favorável a extensão da vedação, uma vez que:

A denúncia também não é cabível nas demandas que envolvam relações de consumo. Conquanto o art. 88 do CDC faça menção apenas às demandas que discutem a responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço (art. 13), deve-se interpretar ampliativamente os dispositivo, de forma a obstaculizar a denúncia em todo e qualquer litígio que verse relação de consumo. É que a denúncia da lide viabiliza, no interesse exclusivo da parte ré, a discussão a respeito da responsabilidade subjetiva pelo evento danoso, prejudicando, por conseguinte, a apreciação célere do direito de indenização pleiteado pelo consumidor, fundado em causa de pedir diversa, qual seja, a responsabilidade objetiva. (DONIZETTI, 2014, p. 210).

Na hipótese de nova discussão, que é nada mais do que discutir a responsabilidade que o §4º do artigo 14 do CDC traz, resta configurada a impossibilidade de deferimento da denúncia baseada “em fundamento diverso do invocando na ação principal, pode representar para a celeridade da prestação jurisdicional. Assim, assegurado estaria tão somente o direito de regresso do Estado.” (PINHO, 2012, p. 248).

Pelo exposto, vemos que a norma se adapta para atender as necessidades do interesse público, da coletividade. No caso em análise prevalece o melhor interesse do consumidor, parte vulnerável da relação. Com isso o Poder Judiciário não deixa desamparados os demais interessados na relação, apenas confere a efetivação da parte mais fraca, sem negar a possibilidade de compensação da parte condenada, perante os demais responsáveis.

## 5 CONCLUSÃO

A denunciação da lide como garantia processual de ressarcimento por eventual prejuízo resultante de reparação proveniente de condenação em processo judicial, fundamenta-se na possibilidade de o prejudicado na demanda ter seu prejuízo compensado, na devida proporção à que foi responsável, de forma que não cause mora e gastos demasiados ao Poder Judiciário, aproveitando os atos jurídicos realizados na demanda principal para efetivar sua compensação.

O instituto se fundamenta no princípio da economia processual, que em sua essência visa garantir os direitos requeridos na demanda de forma rápida e o menos onerosa para os envolvidos, litigantes, judiciário e poder público em geral, que movimenta o processo.

Ocorre que tal procedimento, quando posto em contra ponto com os direitos e garantias fundamentais estabelecidos pelo Código de Defesa do consumidor, acaba por ferir seus próprios princípios básicos, quando, na tentativa de identificar demais responsáveis pelo dano objeto de litígio, acaba por onerar e prejudicar o consumidor, parte vulnerável que almeja a reparação do dano proveniente de fatos decorrentes do fornecedor de produtos ou prestador de serviços.

A norma estabelecida no Código de Defesa do Consumidor, prevendo tal circunstância estabeleceu uma possibilidade de vedação no artigo 88 de seu texto legal, porém o fez de uma forma que a interpretação para sua aplicação restou por muito tempo conferida de forma restrita e prejudicial.

Como nos deparamos no dia-dia, o direito está em constante evolução, ante a grande demanda judicial e novas possibilidades de efetivação, aplicação e interpretação de casos concretos que inovam no Poder Judiciário.

Para acompanhar essa evolução da demanda o direito utiliza princípios e normas externas para melhor compreender e aplicar a normas de direito que surgem com a necessidade da demanda no transcorrer dos anos.

Na norma jurídica existem ordenamentos que se assimilam quanto a finalidade de seu conceito, e para isso, de modo a conferir o melhor entendimento e aplicação do direito conferido, os nobres julgadores utilizam da metodologia de interpretação analógica da norma, que trabalha com essa constante evolução do



direito, trazendo uma melhor interpretação e, caso devido, a extensão de conceitos previstos em outras normas à dispositivos similares.

Pois bem, ao que transparece no presente caso, nada mais é do que essa evolução do ordenamento, que na busca de garantir a efetividade dos direitos dos consumidores perante o sistema capitalista opressor do ente mais fraco, que indiscutivelmente se sobrepõe ao consumidor vulnerável, busca conferir a possibilidade de vedação da denunciação da lide para todas as demandas que envolvam relações de origem consumerista.

Dessa forma, concluímos que o legislador, ao elaborar a norma de vedação, buscava garantir o direito de reparação do consumidor de forma que gerasse o mínimo de mora e onerosidade possível ao ente vulnerável da relação, sendo mais do que correta a sua aplicação de forma extensiva às relações que envolvam circunstâncias de fato decorrentes da prestação de serviços, tampouco importa a culpa ou dolo, uma vez que se trata de norma referente à responsabilidade objetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Sinopses jurídicas: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BOLZAN, Fabrício. LENZA, Pedro (coord.). **Direito do Consumidor Esquematizado**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) Acesso em: 01 ago. 2015- A.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.869 de 11 de Janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil brasileiro. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869compilada.htm) Acesso em: 01 ago. 2015- B.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código civil brasileiro. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm) Acesso em: 01 ago. 2015- C.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Institui o Código de Defesa do Consumidor. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm) Acesso em: 01 ago. 2015 -D.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 4.657, De 4 De Setembro De 1942**. Institui as Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm). Acesso em: 01 ago. 2015 – E.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1216424/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 19/08/2011**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 29 de out. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **(REsp 464.466/MT, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2003, DJ**

**01/09/2003, p. 280).** Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 29 de out. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **(REsp 1216424/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 19/08/2011).** Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 29 de out. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **(EDcl no Ag 1249523/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 20/06/2014).** Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 29 de out. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **(REsp 875.575/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2011, DJe 17/02/2012) (REsp 1174244/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJ 29/10/2013).** Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 29 de out. 2015

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **(AgRg no AREsp 694.980/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 29/09/2015).** Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 29 de out. 2015.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Teoria Geral do Processo.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito: Introdução à Teoria Geral do Direito, à Filosofia do Direito, à Sociologia Jurídica e à Lógica Jurídica. Norma Jurídica e Aplicação do Direito.** 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil.** 18ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Obrigações.** 7ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.

FRONTINI, Paulo Salvador (coord); MACHADO, Costa. **Código de Defesa do Consumidor Interpretado.** Barueri/SP: Editora Manole, 2013.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Introdução ao estudo do direito: teoria geral do direito.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, Editora Método, 2015.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do Consumidor - Código Comentado e Jurisprudência.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto; LENSEA, Pedro (coord.). **Direito Civil Esquematizado.** São Paulo: Saraiva, 2014

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria do processo e processo de conhecimento**. 11ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2009.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 54ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

VIDAL JÚNIOR, Serrano Nunes; MATOS, Yolanda Alves Pinto Serrano de. **Código de Defesa do Consumidor Interpretado**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil, v 2: Direitos reais e intelectuais**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil: comentado artigo por artigo**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 35ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

NEGRÃO, Theotônio; GOUVÊA, José Roberto F.; BONDIOLI, Luis Guilherme A.; FONSECA, João Francisco N. **Código de Processo Civil e Legislação processual em vigor**. 46. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NERY, Nelson Júnior; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante**. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NERY, Nelson Júnior; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal Comentada e Legislação Comentada**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NERY, Nelson Júnior. **Aspectos do Processo Civil no Código de Defesa do Consumidor**. Revista de Direito do Consumidor | vol. 1/1992 | p. 200 - 221 | Jan - Mar / 1992 Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor | vol. 6 | p. 301 - 320 | Abr

/ 2011 | DTR\1992\10. Disponível em: <http://revistadostribunais.com.br>. Acesso em: 29 d out. de 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 5 ed. São Paulo: Editora Método, 2013.

NUNES, Luis Antonio Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUNES, Luis Antonio Rizzato. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, James Eduardo. **Código de Defesa do Consumidor: Anotada e Comentado, Doutrina e Jurisprudência**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

OLIVEIRA, James Eduardo. **Constituição Federal Anotada e Comentada**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo: Teoria Geral do Processo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Análise de alguns princípios do processo civil à luz do título iii do código de proteção e defesa do consumidor**. revista de direito do consumidor | vol. 15/1995 | p. 43 - 78 | jul - set / 1995  
**Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor** | vol. 6 | p. 251 - 299 | Abr / 2011 | DTR\1995\641. Disponível em: <http://revistadostribunais.com.br>. Acesso em: 29 d out. de 2015.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil 2: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. 9ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais** – 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.